

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
Avenida Salgado Filho, s/n, Centro Administrativo do Estado - Bairro Lagoa Nova, Natal/RN, CEP 59064-901
Telefone: (84) 3232-2125 e Fax: @fax_unidade@ - www.sead.rn.gov.br

EDITAL Nº PE 90062/2026

Processo nº 00510028.004277/2025-46

UASG: 925538

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CAPACITAÇÃO DE 27 (VINTE E SETE) SERVIDORES, MEDIANTE A REALIZAÇÃO DE CURSOS NO SOFTWARE AUTODESK REVIT E EM PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO DE OBRAS, DESTINADOS AOS SETORES DE ENGENHARIA DA SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DA DEFESA SOCIAL - SESED/RN E DE SEUS ÓRGÃOS VINCULADOS (ITEP/RN, PCRN, CBMRN, ENGENHARIA/SESED E CTINF/SESED), CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R\$ 90.674,12 (noventa mil seiscentos e setenta e quatro reais e doze centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 03/07/2026

HORÁRIO (Brasília/Distrito Federal): 10:00 horas

LOCAL (PLATAFORMA): Portal de Compras do Governo Federal: <https://www.gov.br/compras/pt-br/>

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO, POR LOTE.

MODO DE DISPUTA: ABERTO E FECHADO

1. DO OBJETO
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO
3. ORÇAMENTO ESTIMADO SIGILOSO
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES
7. DA FASE DE JULGAMENTO
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO
9. DO TERMO DE CONTRATO
10. DOS RECURSOS
11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES
12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO
13. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO
14. DA GESTÃO DO CONTRATO
15. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO
16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

A SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO - SEAD, responsável pela fase externa das licitações oriundas da Secretaria de Segurança Pública e da Defesa Social do Rio Grande do Norte, através de sua Pregoeira Oficial, designada pelo Ato nº 148/2025, em conformidade com a Portaria nº 299 - GS/SEAD, de 02 de março de 2023, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, do Decreto Estadual 32.449, de 07 de março de 2023, bem como da Lei Complementar Estadual nº 675, de 06 de novembro de 2020, e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente de caráter público, que impeça a realização do Pregão na data acima marcada, a licitação ficará automaticamente prorrogada para o primeiro dia útil subsequente, independentemente de nova comunicação.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CAPACITAÇÃO DE 27 (VINTE E SETE) SERVIDORES, MEDIANTE A REALIZAÇÃO DE CURSOS NO SOFTWARE AUTODESK REVIT E EM PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO DE OBRAS, DESTINADOS AOS SETORES DE ENGENHARIA DA SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DA DEFESA SOCIAL - SESED/RN E DE SEUS ÓRGÃOS VINCULADOS (ITEP/RN, PCRN, CBMRN, ENGENHARIA/SESED E CTINF/SESED), CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS.**

1.2. O tipo de julgamento da licitação será **MENOR PREÇO POR LOTE**, permitindo adjudicação independente para cada lote.

1.2.1. A licitação será realizada em **dois lotes distintos**, conforme tabela constante do Termo de Referência.

1.2.2. A opção por dividir a licitação em 02 (dois) lotes distintos baseia-se na diferença de conteúdo entre os cursos (Lote I: Curso do Software Autodesk Revit; Lote II: Curso de Planejamento e Orçamento de Obras), o que garante ampla concorrência e cumpre o art. 40, V, 'b', da Lei nº 14.133/2021. Por sua vez, a decisão de reuni-los no mesmo edital justifica-se pela eficiência administrativa, já que ambos os treinamentos atendem ao mesmo grupo de 27 servidores da Engenharia e Arquitetura da

SESED/RN, o que evita a abertura de múltiplos processos e gera economia na gestão dos contratos, nos moldes do item 1 do Termo de Referência (39661370).

1.3. Com relação às especificações e descrições do objeto a ser contratado, informamos que prevalecerão todas as regras e definições estabelecidas no Termo de Referência, em comparação aos bens cadastrados que são sugeridos pelos catálogos da plataforma Comprasgov. Portanto, as cotações dos itens da licitação devem ser feitas com base nas especificações previstas no Anexo I do Edital.

2. 2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6. *Para os lotes/grupos desta licitação a participação é exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, nos termos do art. 42 da Lei Complementar/RN nº 675/2020.*

2.7. *A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.*

2.8. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123 de 2006](#), e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

2.9. Não poderão disputar esta licitação:

2.9.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.9.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

2.9.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.9.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.9.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.9.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.9.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.9.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.9.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.9.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.11. O impedimento de que trata o item 2.9.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.12. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.9.4 e 2.9.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.13. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.14. O disposto nos itens 2.9.4 e 2.9.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.15. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.16. A vedação de que trata o item 2.10 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. ORÇAMENTO ESTIMADO SIGILOSO

3.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.5.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.5.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.6. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

4.6.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

4.6.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

4.6.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.6.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.6.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.6.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

4.6.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

4.6.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

4.6.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

4.6.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

4.6.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

4.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3 ou 4.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

- 4.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 4.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
 - 4.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 4.12. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema.
- 4.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 4.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 4.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 5.1.1. **Valor expresso em Reais (R\$).**
- 5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 5.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.
- 5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.
- 5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 5.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 5.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.
- 5.11. Os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência.
- 5.12. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de valor entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de: R\$350,00 (trezentos e cinquenta reais) para o item 01; e de R\$ 60,00 (Sessenta reais) para o item 02.
- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexistente.
- 6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa aberto e fechado.

6.11. No modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.11.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.11.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.11.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos [§§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021](#). O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

6.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.18.2. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.18.5. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada.

6.20. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

6.20.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.20.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.20.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme Decreto nº 11.430, de 8 de março de 2023;

6.20.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024.

6.21. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.21.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.21.2. empresas brasileiras;

6.21.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.21.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.22. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

6.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

- 6.23.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 6.23.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 6.23.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 6.23.4. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 6.23.5. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 6.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

- 7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 2.9 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 7.1.1. SICAF;
- 7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União.
- 7.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.
- 7.2.1. A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na [Lei nº 8.429, de 1992](#), também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.
- 7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.
- 7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 7.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Pregoeiro verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.
- 7.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).
- 7.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 7.6.1. contiver vícios insanáveis;
- 7.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;
- 7.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;
- 7.6.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 7.6.5. não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência.
- 7.6.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 7.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 7.8. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:
- 7.8.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 7.8.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 7.9. Em contratação de obras e serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:
- 7.9.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, contratação semi-integrada ou contratação integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;
- 7.9.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado.
- 7.9.3. No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.
- 7.10. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 7.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.11.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semiintegrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

7.11.2. Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

7.11.3. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

7.11.4. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

7.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.14. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

7.15. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.16. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.17. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.18. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.19. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. 8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.12. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **2 horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

8.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.14. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 8.12.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até horas , para:

8.14.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

8.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.14.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

8.14.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

8.15. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

8.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem

8.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

9. DO TERMO DE CONTRATO

9.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente

9.2. O adjudicatário terá o prazo de dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

9.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá:

a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de dias úteis, a contar da data de seu recebimento;

b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até dias úteis; ou

c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

9.4. Os prazos dos itens 9.2 e 9.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

9.5. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

9.6. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

9.6.1. A existência do registro do Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

9.7. **Não será exigida garantia contratual**, considerando a natureza do objeto (prestação de serviços de capacitação), o valor estimado da contratação e o baixo risco de inadimplemento, em conformidade com o art. 96 da Lei nº 14.133/2021, conforme item 4.9 do Termo de Referência (39661370) e item 5.9 do Estudo Técnico Preliminar da Contratação (40391505).

10. DOS RECURSOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do

licitante:

- 10.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- 10.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.
- 10.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico

11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
 - 11.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a Pregoeiro/a durante o certame;
 - 11.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
 - 11.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - 11.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - 11.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
 - 11.1.2.4. deixar de apresentar amostra; ou
 - 11.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
 - 11.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - 11.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
 - 11.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
 - 11.1.6. fraudar a licitação;
 - 11.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 11.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 11.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 11.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
 - 11.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
 - 11.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 11.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
 - 11.2.1. advertência;
 - 11.2.2. multa;
 - 11.2.3. impedimento de licitar e contratar e
 - 11.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
 - 11.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
 - 11.3.2. as peculiaridades do caso concreto
 - 11.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
 - 11.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
 - 11.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 11.4. A multa será recolhida no prazo máximo de dias úteis, a contar da comunicação oficial.
 - 11.4.1. Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de 0.5% a 15% do valor do contrato lícitado.
 - 11.4.2. Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato lícitado.
- 11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar

poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo o qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2, 11.1.3 e 11.1.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

11.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

11.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo e-mail: cplsesed@gmail.com ou por petição dirigida ou protocolada no endereço da sede da Secretaria de Estado da Administração do RN (SEAD/RN), no Centro Administrativo do Estado - Av. Senador Salgado Filho, s/n, Bloco 08, Lagoa Nova - Natal/RN. CEP: 59064-901.

12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

12.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

13. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO

13.1. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

13.2. Início da execução do objeto: As aulas deverão ser iniciadas no prazo máximo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato.

13.3. As turmas para execução do objeto seguirão a seguinte dinâmica:

13.3.1. A primeira etapa consistirá na execução do Lote I (Curso do Software Autodesk Revit), que deverá ser totalmente concluído em até 60 (sessenta) dias após o início das aulas.

13.3.2. A segunda etapa consistirá na execução do Lote II (Curso de Planejamento e Orçamento de Obras), que deverá ser iniciado logo após a conclusão do Lote I e totalmente finalizado em até 60 (sessenta) dias.

13.4. LOCAL E HORÁRIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

13.4.1. **Metodologia:** A metodologia será composta por aulas teóricas e práticas, utilizando recursos como demonstrações ao vivo, exercícios práticos e estudos de caso. O treinamento será interativo e envolverá a utilização de exemplos reais para o aprendizado prático. Além disso, os participantes terão acesso a um fórum de dúvidas, onde poderão esclarecer questões com os instrutores ou outros participantes durante todo o período de treinamento.

13.4.2. **Formato de Ensino:** O curso será oferecido exclusivamente na modalidade de Ensino a Distância (EAD), de forma remota, com aulas transmitidas ao vivo (formato síncrono).

13.4.3. **Horário das Aulas:** As aulas serão realizadas no horário do expediente (das 08h às 12h e das 13h às 17h), não

sendo realizadas nos finais de semana, garantindo que os colaboradores possam participar do treinamento sem interferir em suas atividades diárias. Essa estrutura flexível permitirá que os participantes se dediquem ao aprendizado durante o horário de trabalho, sem comprometer suas responsabilidades. Além disso, serão oferecidas **opções de aulas ao vivo**, para promover a interação em tempo real com os instrutores.

13.4.4. AULAS REMOTAS

As aulas remotas ocorrerão por meio de uma **plataforma de ensino à distância**, permitindo que os participantes acessem o conteúdo de qualquer lugar. A empresa **contratada** deverá fornecer todos os recursos, ferramentas e licenças necessárias para garantir um aprendizado eficiente e interativo, bem como:

- **Plataforma de Ensino Online:** A empresa deverá fornecer acesso a uma plataforma de ensino à distância, onde os participantes poderão acessar as aulas ao vivo, vídeos gravados, materiais de leitura, quizzes e outros recursos educativos. Essa plataforma deverá ser de fácil navegação e compatível com diferentes dispositivos.
- **Aulas ao Vivo:** As aulas serão realizadas em horários de expediente normal, com interação em tempo real. A empresa deverá fornecer a infraestrutura necessária para transmissões ao vivo de alta qualidade, com suporte para áudio, vídeo e compartilhamento de tela, garantindo que os instrutores possam demonstrar o uso dos softwares em tempo real.
- **Licença dos Softwares:** A contratada será a única responsável por fornecer as licenças, educacionais ou comerciais, do software para todos os servidores participantes durante todo o período de realização do curso, considerando que a SESED não dispõe dessas licenças. O custo referente à sua disponibilização deverá estar integralmente incluído no valor total da proposta comercial, não sendo admitida a cobrança de quaisquer valores adicionais à Administração.
- Fica expressamente vedado à contratada realizar qualquer tipo de instalação, alteração, atualização ou ajuste nos sistemas, redes ou computadores de propriedade da Administração Pública (SESED/RN), salvo mediante prévia autorização formal da Administração.
- **Aulas Gravadas:** Após cada aula ao vivo, o conteúdo será disponibilizado em formato gravado, para que os participantes possam revisar os tópicos abordados durante o curso. As gravações ficarão disponíveis por um período de pelo menos 6 meses após a conclusão do curso, permitindo que os alunos revisem e reforcem o aprendizado.
- **Material Didático Digital:** A empresa deverá fornecer materiais de apoio, como apostilas, e-books, tutoriais em vídeo e apresentações, que complementem o conteúdo das aulas e auxiliem no aprendizado individual.
- **Apoio ao Vivo (Fórum de Dúvidas):** Durante todo o período do curso, os participantes terão acesso a um fórum de dúvidas online, onde poderão enviar questões aos instrutores ou interagir com outros participantes para esclarecer dúvidas sobre o conteúdo das aulas. O fórum deverá ser monitorado pela empresa contratada, garantindo que as dúvidas sejam respondidas de maneira clara e eficaz.
- **Exercícios Práticos e Avaliações:** A empresa deverá fornecer exercícios práticos (como projetos, testes e simulados) para que os participantes possam aplicar o conhecimento adquirido durante o curso. Estes exercícios poderão ser realizados na própria plataforma de ensino e corrigidos automaticamente ou pelos instrutores.
- **Suporte Técnico:** A empresa contratada deverá disponibilizar suporte técnico durante o curso, caso os participantes enfrentem problemas com a plataforma online ou com os softwares utilizados durante o treinamento.
- **Resultados Esperados:** Formação de profissionais capacitados e atualizados nas ferramentas BIM (Autodesk Revit) e nas práticas de Planejamento e Orçamento de Obras. Melhoria na qualidade e produtividade dos projetos realizados pela equipe, com maior precisão na elaboração de projetos e controle de custos. Redução de erros e retrabalhos, uma vez que o domínio dessas ferramentas contribui diretamente para uma gestão mais eficiente e assertiva dos projetos.

13.5. ROTINAS A SEREM CUMPRIDAS

13.5.1. A execução contratual observará as rotinas abaixo:

13.5.1.1. A empresa deverá comprovar experiência e expertise, teórico-prático, na área de capacitação em softwares BIM (Autodesk Revit) e Engenharia de Custos/Orçamento de Obras para profissionais e/ou servidores públicos, com um histórico de sucesso na realização de cursos objeto deste processo.

13.5.1.2. O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, e a contratada terá que oferecer os cursos exclusivamente na modalidade EAD Ao Vivo (Síncrona).

13.5.1.3. A contratada deverá seguir a ementa mínima sugerida para cada um dos cursos.

13.5.1.4. A empresa deverá garantir uso de metodologia capaz de utilizar abordagens didáticas eficientes (exposição teórica, estudos de casos, atividades práticas, elaboração de documentos, etc), adaptando os cursos as necessidades específicas da instituição, personalizando os cursos para atender as competências e habilidades necessárias a formação/atualização dos conhecimentos dos servidores da SESED/RN que laboram no Setor de Engenharia.

13.6. PROCEDIMENTOS DE TRANSIÇÃO E FINALIZAÇÃO DO CONTRATO

13.7. Ao término da execução contratual, a contratada deverá concluir integralmente os cursos de capacitação referentes ao **Lote I - Software Autodesk Revit** e ao **Lote II - Planejamento e Orçamento de Obras**, garantindo a entrega do material didático e a emissão dos certificados aos participantes.

13.8. O conteúdo ministrado deverá ser disponibilizado em formato gravado, de modo a permitir que os participantes revisitem os tópicos abordados durante o curso, permanecendo acessível após sua conclusão para fins de reforço do aprendizado.

13.9. Deverá ser apresentado relatório final contendo a relação dos participantes e a carga horária executada, para fins de verificação do cumprimento do objeto.

13.10. O encerramento do contrato ocorrerá com o atesto do fiscal, após a comprovação de que todas as obrigações contratuais foram devidamente cumpridas, não sendo necessária transição adicional, em razão da natureza pontual da contratação.

14. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

14.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

14.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

14.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) de contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

14.4. O fiscal de contrato fiscalizará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, conferindo as notas fiscais e as documentações exigidas para

o pagamento, e após o ateste, encaminhar ao gestor de contrato, para ratificação. (Decreto Estadual nº 32.449, de 2022, art. 48, III);

14.5. O fiscal de contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, inclusive o controle do saldo e da vigência contratual, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto Estadual nº 32.449, de 2022, art. 48, II);

14.6. O fiscal de contrato notificará formalmente a contratada quando forem constatados inadimplementos contratuais, para, dentro de um prazo razoável, elaborar manifestação e solução do problema. (Decreto Estadual nº 32.449, de 2022, art. 48, X);

14.7. O fiscal de contrato deverá observar ainda as regras relativas a sua atuação de que trata o Título IV, Capítulo II, Seção IV, Subseção II do Decreto Estadual nº 32.449, de 2022.

14.8. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

14.9. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

14.10. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

14.11. **Preposto**

14.12. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

14.13. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

14.14. **Rotinas de Fiscalização**

14.15. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

14.16. **Fiscalização Técnica**

14.17. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do mesmo, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

14.18. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

14.19. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

14.20. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

14.21. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

14.22. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

14.23. **Gestor do Contrato**

Cabe ao gestor do contrato:

14.23.1. Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

14.23.2. Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência.

14.23.3. Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

14.23.4. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

14.23.5. Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

14.23.6. Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

14.23.7. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

15. **CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

15.1. A avaliação da execução do objeto será efetuada à medida em que cada curso (parcela) for concluído e entregue ao gestor do contrato os seguintes documentos:

15.1.1. Relatórios de acesso (EAD) dos alunos;

15.1.2. Lista de aprovação/reprovação dos alunos;

15.1.3. Avaliação do curso realizado pelos alunos;

15.1.4. Emissão do Certificado de Conclusão do Curso para os alunos aprovados.

15.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções

cabíveis, caso se constate que a Contratada:

- 15.2.1. Não produzir os resultados acordados;
- 15.2.2. Deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- 15.2.3. Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 15.3. A utilização deste modelo de avaliação não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.
- 15.4. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:
 - 15.4.1. Relatórios de acesso (EAD) dos alunos;
 - 15.4.2. Lista de aprovação/reprovação dos alunos;
 - 15.4.3. Avaliação do curso realizado pelos alunos;
 - 15.4.4. Emissão do Certificado de Conclusão do Curso para os alunos aprovados.

15.5. **Recebimento do Objeto**

15.5.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias, pelo fiscal do contrato, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Decreto Estadual nº 32.449, de 2023, art. 50);

15.5.2. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga;

15.6. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

15.6.1. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório;

15.6.2. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021);

15.6.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis;

15.6.4. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

15.6.5. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão sobre a execução do curso, incluindo aspectos técnicos e administrativos, bem como demais documentos julgados pertinentes, devendo ser encaminhado ao gestor do contrato para fins de aceite definitivo;

15.7. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, pelo gestor de contrato ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

15.7.1. Analisar os documentos referentes ao recebimento do objeto contratado, avaliando as informações e documentos emitidos pelo fiscal de contrato;

15.7.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

15.7.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização; e

15.7.4. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

15.8. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento;

15.9. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança;

15.10. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

15.11. **Liquidação**

15.12. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

15.13. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

15.13.1. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 15.13.2. O prazo de validade;
- 15.13.3. A data da emissão;
- 15.13.4. Os dados do contrato e do órgão contratante;
- 15.13.5. O período respectivo de execução do contrato;
- 15.13.6. O valor a pagar; e
- 15.13.7. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

15.13.8. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

15.13.9. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

15.13.10. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

15.13.11. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de ... dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

15.13.12. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização quanto à inadimplência do contratado.

15.13.13. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

15.13.14. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

15.14. Prazo de pagamento

15.14.1. O pagamento poderá ser efetuado no prazo de até 30(trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa.

15.14.2. No caso de atraso pelo Contratante, eventuais índices de correção monetária a serem aplicados para atualização do valor deverão ser os índices de correção estabelecidos oficialmente.

15.15. Forma de pagamento

15.15.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta-corrente indicados pelo contratado.

15.15.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

15.15.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

15.15.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

15.15.5. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

15.16. Cessão de crédito

15.16.1. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

15.16.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

15.16.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

15.16.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

16. DO REAJUSTE (CONFORME ITEM 9.16 DO TERMO DE REFERÊNCIA)

16.1. Reajuste

16.1.1. A Lei nº 14.133/2021 em seu artigo 25, § 7º fixou a necessidade da estipulação no contrato, independente do prazo de sua duração, de índice de reajustamento de preço, com data-base vinculada à data do orçamento estimado. No art. 92 da mesma lei, também é informado da necessidade do estabelecimento do preço e as condições de pagamento, os critérios, a data-base e a periodicidade do reajustamento de preços e os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento.

16.1.2. Vale destacar que o aludido entendimento já vinha sendo adotado nos modelos da Advocacia Geral da União, com base no entendimento do Tribunal de Contas da União (Acórdão nº 7184/2018 - Segunda Câmara, no Acórdão nº 2205/2016-TCU-Plenário) e no Parecer nº 79/2019/DECOR/CGU/AGU, aprovado nos termos do Despacho nº 480/2020/DECOR/CGU/AGU, pelo Despacho nº 00496/2020/DECOR/CGU/AGU e Despacho nº 00643 /2020/GAB/CGU/AGU (NUP 08008.000351/2017-17).

16.1.3. Os preços inicialmente contratados serão fixos e irreajustáveis. Caso necessário, os preços serão reajustados após o intervalo de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela contratante, do Índice de IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

- 17.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 17.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 17.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 17.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 17.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 17.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 17.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 17.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 17.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, nos seguintes endereços eletrônicos:
- 17.10.1. Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e
- 17.10.2. <http://servicos.searh.rn.gov.br/searh/Licitacao> - Portal de compras do Estado do Rio Grande do Norte.
- 17.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - Termo de Referência

Apêndice do Anexo I - Estudo Técnico Preliminar

ANEXO II - Minuta de Termo de Contrato

ANEXO III - Modelo de proposta comercial

Natal/RN, 15 de Junho de 2026.

OSMIR DE OLIVEIRA MONTE

Secretário-Adjunto da Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Defesa Social



Documento assinado eletronicamente por **OSMIR DE OLIVEIRA MONTE**, Secretário de Estado Adjunto da Secretaria da **Segurança Pública e da Defesa Social**, em 16/06/2026, às 08:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.rn.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **41870083** e o código CRC **58F3AF86**.

ANEXOS DO EDITAL



RIO GRANDE DO NORTE
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA
PÚBLICA E DA DEFESA SOCIAL - SESED

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DA DEFESA SOCIAL

Avenida Sen. Salgado Filho, s/n, Centro Administrativo do Estado, Prédio da Escola de Governo, 1º andar, Prédio da Escola de Governo, 1º andar - Bairro Lagoa Nova,
Natal/RN, CEP 59064-901

Telefone: e Fax: @fax_unidade@ - www.defesasocial.rn.gov.br

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 00510028.004277/2025-46

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de capacitação de 27 (vinte e sete) servidores, mediante a realização de cursos no Software Autodesk Revit e em Planejamento e Orçamento de Obras, destinados aos setores de engenharia da Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Defesa Social - SESED/RN e de seus órgãos vinculados (ITEP/RN, PCRN, CBMRN, Engenharia/SESED e CTINF/SESED), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. A escolha do curso para software Autodesk Revit está justificada 5.4 deste Termo de Referência e no 7.3 do ETP (SEI
Edital PE 90062 (41870083) SEI 00510028.004277/2025-46 / pg. 15

1.3. A adjudicação será realizada por lote, conforme a seguinte divisão:

1.3.1. Lote I: Curso do Software Autodesk Revit;

LOTE I			
Item	Especificações	QUANT.	VALOR TOTAL
1	<p>Curso do Software Autodesk Revit, na modalidade online ao vivo (síncrona), com carga horária mínima de 132 (cento e vinte) horas.</p> <p>O treinamento deverá possuir abordagem teórica e prática, com interação em tempo real com o instrutor e execução de exercícios aplicados à elaboração de projetos BIM.</p> <p>O curso deverá contemplar, no mínimo, os seguintes módulos:</p> <p>Módulo 1 – Modelagem BIM Arquitetônica (68h)</p> <ul style="list-style-type: none">Desenvolvimento de projetos arquitetônicos utilizando as ferramentas do Autodesk Revit;Modelagem de elementos arquitetônicos;Criação de vistas, cortes e fachadas;Extração de quantitativos;Documentação de projetos. <p>Módulo 2 – Modelagem de Instalações Hidrossanitárias (16h)</p> <ul style="list-style-type: none">Modelagem de sistemas hidrossanitários;Aplicação das NBR 5626 e NBR 8160;Criação de vistas e detalhamentos;Geração de tabelas técnicas. <p>Módulo 3 – Modelagem de Instalações Elétricas (16h)</p> <ul style="list-style-type: none">Modelagem de sistemas elétricos prediais;Projetos de iluminação e força conforme NBR 5410;Elaboração de pranchas técnicas;Geração de tabelas e planilhas. <p>Módulo 4 – Modelagem de Estruturas de Concreto Armado (16h)</p> <ul style="list-style-type: none">Modelagem de elementos estruturais;Criação de vistas e detalhamento;Tabelas de quantitativos. <p>Módulo 5 – Modelagem de Estruturas Metálicas (16h)</p> <ul style="list-style-type: none">Modelagem de estruturas metálicas;Detalhamento técnico;Documentação do projeto estrutural. <p>A capacitação deverá possuir caráter teórico e prático, com exercícios aplicados à elaboração de projetos BIM, permitindo a adequada formação dos servidores na utilização profissional da ferramenta.</p>	1	
PREÇO MÉDIO =			R\$ 77.424,12
MELHOR PROPOSTA=			R\$ 71.542,35
ESTIMATIVA PRELIMINAR DO VALOR DA CONTRATAÇÃO			
Item	Empresa	QUANT.	VALORES DAS PROPOSTAS
1	Contratação de empresa para capacitação de 27 (vinte e sete) servidores através de curso do Software Autodesk Revit - AXIOM	1	R\$ 84.185,00
2	Contratação de empresa para capacitação de 27 (vinte e sete) servidores através de curso do Software Autodesk Revit - QUATRE Ensino Especializado EIRELI	1	R\$ 76.545,00
2	Contratação de empresa para capacitação de 27 (vinte e sete) servidores através de curso do Software Autodesk Revit - DIGICAD TREINAMENTO EM TECNOLOGIA	1	R\$ 71.542,35
VALOR médio =			R\$ 77.242,12

1.3.2. Lote II: Curso de Planejamento e Orçamento de Obras.

LOTE II			
Item	Especificações	QUANT.	VALOR TOTAL
1	<p>Contratação de empresa especializada para capacitação de 27 (vinte e sete) servidores, mediante curso de Planejamento e Orçamento de Obras, na modalidade online ao vivo, com carga horária mínima de 24 (vinte e quatro) horas.</p> <p>O curso deverá contemplar no mínimo os seguintes conteúdos:</p> <p>Módulo 1 - Planejamento de obras (6h)</p> <ul style="list-style-type: none"> Planejamento de obra; Etapas e serviços; Dimensionamento de equipes; Aplicação do ciclo PDCA. <p>Módulo 2 - Fundamentos e Quantificação para orçamento (6h)</p> <ul style="list-style-type: none"> Introdução ao orçamento de obras; Análise de projetos para orçamento; Estimativa preliminar de custos da obra; Quantificação de serviços; Quantidades de insumos por unidade de serviços; Levantamento de material e mão de obra. <p>Módulo 3 - Composição e Formação de Custos (6h)</p> <ul style="list-style-type: none"> Composições de custos unitários; Preço dos insumos; Encargos sociais; Custos diretos e indiretos; Custo total da obra; BDI - Bonificação e Despesas Indiretas. <p>Módulo 4 - Controle e Cronograma Físico-Financeiro (6h)</p> <ul style="list-style-type: none"> Curva ABC; Controle de custos; Análise de insumos relevantes; Cronograma físico; Cronograma financeiro; Integração orçamento e planejamento. 	1	
PREÇO MÉDIO =			R\$ 13.250,00
MELHOR PROPOSTA=			R\$ 10.900,00
ESTIMATIVA PRELIMINAR DO VALOR DA CONTRATAÇÃO			
Item	Especificações	QUANT.	VALORES DAS PROPOSTAS
1	Contratação de empresa para capacitação de 27 (vinte e sete) servidores através de curso de planejamento e orçamento na construção civil - IPOG	1	R\$ 12.600,00
2	Contratação de empresa para capacitação de 27 (vinte e sete) servidores através de curso de planejamento e orçamento na construção civil- CostaNobre	1	R\$ 16.250,00
3	Contratação de empresa para capacitação de 27 (vinte e sete) servidores através de curso de planejamento e orçamento na construção civil - Instituto Bramante de Educação	1	R\$ 10.900,00
VALOR médio =			R\$ 13.250,00

NOTA: * Os valores unitários foram retirados da pesquisa de preços (SEI 39637791).

1.4. A divisão do objeto em lotes justifica-se em razão das especificidades técnicas de cada curso, que demandam conhecimentos distintos e especializados. Conforme levantamento de mercado, verificou-se a existência de empresas aptas para cada lote, sendo que aquelas que apresentam propostas para um não executam o objeto do outro. Constatou-se, portanto, que as empresas que ofertam capacitação em modelagem BIM não são as mesmas que atuam na área de planejamento e orçamento de obras, o que reforça a necessidade de segregação do objeto, visando ampliar a competitividade e assegurar a contratação de fornecedores com expertise específica.

1.5. O custo médio estimado total da contratação para o Lote I é de R\$ 77.424,12 (setenta e sete mil quatrocentos e vinte e quatro reais e doze centavos), e para o Lote II é de R\$ 13.250,00 (treze mil duzentos e cinquenta reais), conforme pesquisa de preços (SEI 39637791).

1.6. O presente objeto refere-se à contratação de empresa especializada para a capacitação de 27 (vinte e sete) servidores, por meio dos cursos do Software Autodesk Revit e de Planejamento e Orçamento de Obras, destinados aos setores de Engenharia vinculados à Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Defesa Social (SESED/RN).

1.7. O objeto enquadra-se como serviço comum, nos termos do Decreto Estadual nº 32.449/2023, por possuir padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos por especificações usuais de mercado, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar (SEI 40391505).

1.8. O prazo de vigência da contratação é de 01 (um) ano a partir da data da sua assinatura, e eficácia legal a contar da publicação de seu extrato na imprensa oficial, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.9. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL - PCA

2.1. A demanda está formalizada no Plano de Contratações Anual, referente ao exercício de 2026, da Secretaria de Segurança e Defesa Social (SESED/RN), disponibilizado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), PCA 2025 - 00.498.299/0001-56 - ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, conforme detalhamento a seguir:

I - ID PCA no PNCP: 00498299000156-0-000001/2026

II - Data de publicação no PNCP: 20/05/2025

III - Id do item no PCA: 191

IV - Classe/Grupo: 929 - OUTROS SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO E TREINAMENTO

V - Identificador da Futura Contratação: 925535-117/2026

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. A presente contratação fundamenta-se na necessidade de promover o aperfeiçoamento técnico dos servidores que atuam na área de engenharia da Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Defesa Social do Rio Grande do Norte (SESED/RN) e de seus órgãos vinculados, considerando a crescente complexidade das atividades relacionadas à elaboração de projetos, planejamento, orçamento, fiscalização e gestão de obras públicas.

3.2. A evolução contínua das metodologias e ferramentas tecnológicas aplicadas à engenharia, especialmente aquelas relacionadas à Modelagem da Informação da Construção (BIM - Building Information Modeling) e às técnicas modernas de planejamento e orçamento de obras, impõe à Administração Pública o dever de manter seus agentes devidamente capacitados, de modo a assegurar maior eficiência, economicidade e qualidade no desempenho de suas atribuições institucionais.

3.3. A insuficiência de capacitação nessas áreas pode comprometer a qualidade técnica dos projetos, a confiabilidade dos orçamentos, a eficiência do planejamento das contratações e a efetividade do acompanhamento da execução contratual, resultando em falhas de compatibilização, retrabalho, aditivos contratuais desnecessários, atrasos na execução de obras e riscos à adequada aplicação dos recursos públicos.

3.4. Nesse contexto, a capacitação proposta mostra-se essencial para suprir lacunas de conhecimento identificadas entre os servidores, possibilitando o aprimoramento das competências técnicas voltadas à utilização de ferramentas digitais, ao desenvolvimento de projetos com maior precisão, à elaboração de orçamentos mais consistentes e ao fortalecimento das rotinas de planejamento e controle das obras públicas sob responsabilidade da SESED/RN.

3.5. Destaca-se, ainda, que o investimento em capacitação técnica está alinhado ao princípio da eficiência, previsto no art. 37 da Constituição Federal, bem como às diretrizes estabelecidas pela Lei nº 14.133/2021, que reforça a importância do planejamento das contratações e da qualificação dos agentes públicos envolvidos nos processos de contratação e gestão contratual.

3.6. Dessa forma, a contratação de empresa especializada para a realização dos cursos do Software Autodesk Revit e de Planejamento e Orçamento de Obras justifica-se como medida necessária ao fortalecimento institucional, à melhoria da qualidade técnica dos serviços de engenharia, ao aumento da produtividade dos servidores e à mitigação de riscos técnicos e administrativos, contribuindo diretamente para o aprimoramento da gestão das obras e serviços de engenharia no âmbito da SESED/RN.

3.7. Por fim, ressalta-se que o quantitativo de 27 (vinte e sete) servidores foi definido com base em levantamento formalizado no processo (SEI 00510028.000006/2025-11), no qual os setores demandantes indicaram nominalmente os profissionais que necessitam da capacitação, evidenciando de forma objetiva a necessidade administrativa da contratação.

4. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. A presente contratação tem por objeto a realização de cursos de capacitação destinados a 27 (vinte e sete) servidores da área de engenharia da **Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Defesa Social (SESED/RN)** e de seus órgãos vinculados, compreendendo treinamento no Software Autodesk Revit e em Planejamento e Orçamento de Obras, com foco no aprimoramento das competências técnicas dos participantes.

4.2. Trata-se de contratação **de natureza não continuada**, uma vez que o objeto se esgota com a execução integral do curso, não havendo necessidade de renovações sucessivas, nos termos do art. 103 da Lei nº 14.133/2021.

4.3. Os requisitos da contratação foram definidos com base nos **princípios da proporcionalidade, razoabilidade, competitividade, eficiência e isonomia**, buscando assegurar a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, sem a imposição de exigências desnecessárias ou restritivas à ampla participação de interessados.

Requisitos Técnicos e Operacionais

4.4. A empresa contratada deverá possuir capacidade técnica compatível com o objeto, comprovada por meio de experiência prévia na realização de cursos ou treinamentos especificamente em softwares de modelagem BIM (Building Information Modeling) no Software Autodesk Revit e/ou Planejamento e Orçamento de Obra, não sendo exigido quantitativo mínimo de alunos ou horas, desde que comprovada a pertinência temática.

4.5. A execução do curso deverá observar padrão mínimo de qualidade, com metodologia adequada, instrutores qualificados e conteúdo programático compatível com os objetivos institucionais da **Administração Pública**.

Requisitos Jurídicos, Fiscais e Trabalhistas

4.6. A futura contratada deverá comprovar **regularidade jurídica, fiscal e trabalhista**, nos termos da legislação vigente, bem como atender às condições de habilitação previstas na Lei nº 14.133/2021, incluindo cadastro regular no SICAF, quando aplicável.

Revit, baseado na **Modelagem da Informação da Construção (Building Information Modelling - BIM)**, visando aprimorar a elaboração de projetos de obras e serviços de engenharia e arquitetura no âmbito da SESED/RN.

5.6.1.2. A capacitação mostra-se necessária tendo em vista que a **Lei nº 14.133/2021**, em seu **art. 42, §1º**, estabelece que a Administração Pública **deve estimular o uso de tecnologias e processos digitais**, tais como o **BIM**, nas contratações de obras e serviços de engenharia. Dessa forma, torna-se recomendável que os servidores estejam aptos a utilizar ferramentas compatíveis com essa metodologia, assegurando maior eficiência, precisão e integração nas etapas de planejamento, elaboração, execução e gestão dos projetos.

5.6.1.3. **PÚBLICO-ALVO:** Servidores que participarão do desenvolvimento e elaboração de atividades na área da engenharia civil.

5.6.1.4. **CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:**

- Desenvolvimento de projetos arquitetônicos utilizando as ferramentas básicas do Software Autodesk Revit para arquitetura;
- Execução do projeto hidráulico e sanitário seguindo as orientações da NBR 5626 e 8160, bem como a elaboração de todas as vistas e tabelas;
- Execução de modelagem de sistemas prediais elétricos, estudo de tabelas e planilhas, elaboração de todas as pranchas necessárias para a execução do projeto elétrico (iluminação e força), seguindo as orientações da NBR 5410;
- Execução da modelagem de estruturas de concreto armado, bem como a elaboração de todas as vistas e tabelas;
- Execução de modelagem de estruturas metálicas, bem como a elaboração de todas as vistas e tabelas.

MODALIDADE: Remoto síncrono

QUANTIDADE DE SERVIDORES: 27 servidores

5.6.2. **LOTE II: Referente a contratação de empresa que ministra Curso de Planejamento e Orçamento de Obras.**

5.6.2.1. **OBJETIVO:** Capacitar e atualizar os servidores para desenvolvimento de orçamento de obra com mais celeridade e minimizando os riscos de atrasos e retrabalhos.

5.6.2.2. **PÚBLICO-ALVO:** Servidores que participarão do desenvolvimento e elaboração de atividades na área da engenharia civil.

5.6.2.3. **CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:**

- Planejamento de obra;
- Introdução ao orçamento de obras;
- Análise de projetos para orçamento;
- Estimativa preliminar do custo da obra;
- Etapas e serviços da obra;
- Levantamento do quantitativo de serviços;
- Composições de custos unitários;
- Quantidades de insumos por unidade de serviços;
- Quantidades de material e mão de obra;
- Encargos Sociais;
- Dimensionamento de equipes;
- Preço dos insumos;
- Custo total da obra;
- BDI – Bônus e Despesas Indiretas;
- Elaboração de curva ABC;
- Elaboração de cronograma físico-financeiro;
- PDCA

5.6.2.4. **MODALIDADE:** remoto síncrono

5.6.2.5. **QUANTIDADE DE SERVIDORES:** 27 servidores

5.7. **DESCRIÇÃO DA EXECUÇÃO:**

5.7.1. **Metodologia:** A metodologia será composta por aulas teóricas e práticas, utilizando recursos como demonstrações ao vivo, exercícios práticos e estudos de caso. O treinamento será interativo e envolverá a utilização de exemplos reais para o aprendizado prático. Além disso, os participantes terão acesso a um fórum de dúvidas, onde poderão esclarecer questões com os instrutores ou outros participantes durante todo o período de treinamento.

5.7.2. **Formato de Ensino:** O curso será oferecido exclusivamente na modalidade de Ensino a Distância (EAD), de forma remota, com aulas transmitidas ao vivo (formato síncrono).

5.7.3. **Horário das Aulas:** As aulas serão realizadas exclusivamente no horário comercial (das 08h às 12h **ou** das 13h às 17h), sem oferta nos finais de semana. Essa organização possibilita que, caso o servidor participe do curso no turno da manhã, possa retornar às suas atividades no período da tarde, e vice-versa, **evitando impacto na continuidade dos serviços essenciais**. A estrutura proposta assegura que os colaboradores possam participar do treinamento sem prejuízo de suas atividades diárias. Além disso, serão disponibilizadas aulas ao vivo, permitindo interação em tempo real com os instrutores, bem como aulas gravadas, para que os participantes possam revisar os conteúdos e ajustar o ritmo de estudo conforme sua disponibilidade.

5.8. **AULAS REMOTAS**

As aulas remotas ocorrerão por meio de uma **plataforma de ensino à distância**, permitindo que os participantes acessem o conteúdo de qualquer lugar. A empresa **contratada** deverá fornecer todos os recursos, ferramentas e licenças necessárias para garantir um aprendizado eficiente e interativo, bem como:

- **Plataforma de Ensino Online:** A empresa deverá fornecer acesso a uma plataforma de ensino à distância, onde os participantes poderão acessar as aulas ao vivo, vídeos gravados, materiais de leitura, quizzes e outros recursos educativos. Essa plataforma deverá ser de fácil navegação e compatível com diferentes dispositivos.
- **Aulas ao Vivo:** As aulas serão realizadas em horários de expediente normal, com interação em tempo real. A empresa deverá fornecer a infraestrutura necessária para transmissões ao vivo de alta qualidade, com suporte para áudio, vídeo e compartilhamento de tela, garantindo que os instrutores possam demonstrar o uso dos softwares em tempo real.
- **Licença dos Softwares:** A contratada será responsável por fornecer as licenças dos softwares necessários e garantir a compatibilidade dos mesmos com o sistema existente na empresa contratante. A empresa contratada deverá assegurar que todas as licenças sejam válidas e que os softwares estejam devidamente configurados para o bom funcionamento durante o treinamento. Caso a contratante já possua os softwares, a empresa contratada deverá verificar a compatibilidade das versões existentes e realizar eventuais atualizações ou ajustes necessários.
- **Aulas Gravadas:** Após cada aula ao vivo, o conteúdo será disponibilizado em formato gravado, para que os participantes possam revisar os tópicos abordados durante o curso. As gravações ficarão disponíveis após a conclusão do curso, permitindo que os alunos revisem e reforcem o aprendizado.
- **Material Didático Digital:** A empresa deverá fornecer materiais de apoio, como apostilas, e-books, tutoriais em vídeo e apresentações, que complementem o conteúdo das aulas e auxiliem no aprendizado individual.
- **Apoio ao Vivo (Fórum de Dúvidas):** Durante todo o período do curso, os participantes terão acesso a um fórum de dúvidas online, onde poderão enviar questões aos instrutores ou interagir com outros participantes para esclarecer dúvidas sobre o conteúdo das aulas. O fórum deverá ser monitorado pela empresa contratada, garantindo que as dúvidas sejam respondidas de maneira clara e eficaz.
- **Exercícios Práticos e Avaliações:** A empresa deverá fornecer exercícios práticos (como projetos, testes e simulados) para que os participantes possam aplicar o conhecimento adquirido durante o curso. Estes exercícios poderão ser realizados na própria plataforma de ensino e corrigidos automaticamente ou pelos instrutores.
- **Suporte Técnico:** A empresa contratada deverá disponibilizar suporte técnico durante o curso, caso os participantes enfrentem problemas com a plataforma online ou com os softwares utilizados durante o treinamento.
- **Resultados Esperados:** Formação de profissionais capacitados e atualizados nas ferramentas Software Autodesk Revit e nas práticas de Planejamento e Orçamento de Obras. Melhoria na qualidade e produtividade dos projetos realizados pela equipe, com maior precisão na elaboração de projetos e controle de custos. Redução de erros e retrabalhos, uma vez que o domínio dessas ferramentas contribui diretamente para uma gestão mais eficiente e assertiva dos projetos.

5.9. Estimativa das quantidades a serem contratadas

5.9.1. A estimativa das quantidades a serem contratadas foi elaborada com base no quantitativo indicado na tabela (SEI 31390484), o qual foi obtido por meio de uma pesquisa detalhada realizada no processo (SEI 00510028.000006/2025-11).

5.9.2. A pesquisa realizou um levantamento detalhado das necessidades específicas dos setores envolvidos, garantindo que o número de contratações seja adequado para atender às demandas atuais. O processo foi conduzido de forma criteriosa, assegurando que as estimativas fossem precisas e alinhadas com as exigências do projeto, o que possibilita uma gestão eficiente dos recursos.

6. JUSTIFICATIVA PARA A ESCOLHA DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE

6.1. O objeto desta contratação é **divisível**, consistindo na prestação de serviços de capacitação profissional estruturada em **dois lotes distintos**, de acordo com a natureza e o conteúdo dos cursos ofertados, a saber: **Lote I - Curso do Software Autodesk Revit** e **Lote II - Curso de Planejamento e Orçamento de Obras**.

6.2. Cada lote configura um **conjunto autônomo, independente e plenamente separável**, possuindo conteúdos programáticos, metodologias de ensino e objetivos específicos, sendo **tecnicamente possível e operacionalmente viável** a sua execução por empresas distintas, sem prejuízo à padronização técnica, à qualidade da capacitação ou à continuidade das atividades institucionais da SESED.

6.3. A divisão do objeto em lotes, associada ao critério de julgamento "**Menor Preço por Lote**", tem por finalidade **ampliar a competitividade**, permitir a participação de empresas **especializadas em cada temática**, inclusive de diferentes portes, e assegurar a **seleção da proposta mais vantajosa para a Administração**, em consonância com os princípios da **eficiência, economicidade, isonomia e competitividade**, previstos na **Lei nº 14.133/2021**.

6.4. O entendimento do **Tribunal de Contas da União** acerca da matéria encontra-se consolidado na **Súmula nº 247**, que estabelece:

"É obrigatória a adjudicação por item quando o objeto da licitação for divisível e a adjudicação individualizada não comprometer a economia de escala."

6.5. No presente caso, os dois lotes possuem **características técnicas e pedagógicas próprias**, com **independência operacional**, inexistindo prejuízo à economia de escala, o que reforça a adequação da **adjudicação por lote**.

6.6. A estruturação do certame nesses moldes encontra respaldo nos dispositivos da **Lei nº 14.133/2021**, em especial:

- **Art. 5º** - seleção da proposta mais vantajosa para a Administração;
- **Art. 11** - planejamento e racionalização das contratações;
- **Princípios da competitividade, isonomia, eficiência e economicidade.**

6.7. Diante do exposto, conclui-se que a adoção do critério de julgamento **Menor Preço por Lote** mostra-se **tecnicamente fundamentada e juridicamente adequada**, garantindo maior competitividade, incentivando a participação de fornecedores especializados em cada área de capacitação e assegurando maior eficiência e racionalidade na contratação dos: **Curso do Software Autodesk Revit** e de **Planejamento e Orçamento de Obras**.

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

7.2. Início da execução do objeto: As aulas deverão ser iniciadas no prazo máximo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato.

7.3. As turmas para execução do objeto seguirão a seguinte dinâmica:

7.3.1. A primeira etapa consistirá na execução do Lote I (Curso do Software Autodesk Revit), que deverá ser totalmente concluído em até 60 (sessenta) dias após o início das aulas.

7.3.2. A segunda etapa consistirá na execução do Lote II (Curso de Planejamento e Orçamento de Obras), que deverá ser iniciado logo após a conclusão do Lote I e totalmente finalizado em até 60 (sessenta) dias.

7.4. LOCAL E HORÁRIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

7.4.1. **Metodologia:** A metodologia será composta por aulas teóricas e práticas, utilizando recursos como demonstrações ao vivo, exercícios práticos e estudos de caso. O treinamento será interativo e envolverá a utilização de exemplos reais para o aprendizado prático. Além disso, os participantes terão acesso a um fórum de dúvidas, onde poderão esclarecer questões com os instrutores ou outros participantes durante todo o período de treinamento.

7.4.2. **Formato de Ensino:** O curso será oferecido exclusivamente na modalidade de Ensino a Distância (EAD), de forma remota, com aulas transmitidas ao vivo (formato síncrono).

7.4.3. **Horário das Aulas:** As aulas serão realizadas **no horário do expediente** (das 08h às 12h e das 13h às 17h), **não sendo realizadas nos finais de semana**, garantindo que os colaboradores possam participar do treinamento sem interferir em suas atividades diárias. Essa estrutura flexível permitirá que os participantes se dediquem ao aprendizado durante o horário de trabalho, sem comprometer suas responsabilidades. Além disso, serão oferecidas **opções de aulas ao vivo**, para promover a interação em tempo real com os instrutores.

7.4.4. AULAS REMOTAS

As aulas remotas ocorrerão por meio de uma **plataforma de ensino à distância**, permitindo que os participantes acessem o conteúdo de qualquer lugar. A empresa **contratada** deverá fornecer todos os recursos, ferramentas e licenças necessárias para garantir um aprendizado eficiente e interativo, bem como:

- **Plataforma de Ensino Online:** A empresa deverá fornecer acesso a uma plataforma de ensino à distância, onde os participantes poderão acessar as aulas ao vivo, vídeos gravados, materiais de leitura, quizzes e outros recursos educativos. Essa plataforma deverá ser de fácil navegação e compatível com diferentes dispositivos.
- **Aulas ao Vivo:** As aulas serão realizadas em horários de expediente normal, com interação em tempo real. A empresa deverá fornecer a infraestrutura necessária para transmissões ao vivo de alta qualidade, com suporte para áudio, vídeo e compartilhamento de tela, garantindo que os instrutores possam demonstrar o uso dos softwares em tempo real.
- **Licença dos Softwares:** A contratada será a única responsável por fornecer as licenças, educacionais ou comerciais, do software para todos os servidores participantes durante todo o período de realização do curso, considerando que a SESED não dispõe dessas licenças. O custo referente à sua disponibilização deverá estar integralmente incluído no valor total da proposta comercial, não sendo admitida a cobrança de quaisquer valores adicionais à Administração.
- Fica expressamente vedado à contratada realizar qualquer tipo de instalação, alteração, atualização ou ajuste nos sistemas, redes ou computadores de propriedade da Administração Pública (SESED/RN), salvo mediante prévia autorização formal da Administração.
- **Aulas Gravadas:** Após cada aula ao vivo, o conteúdo será disponibilizado em formato gravado, para que os participantes possam revisar os tópicos abordados durante o curso. As gravações ficarão disponíveis por um período de pelo menos 6 meses após a conclusão do curso, permitindo que os alunos revisem e reforcem o aprendizado.
- **Material Didático Digital:** A empresa deverá fornecer materiais de apoio, como apostilas, e-books, tutoriais em vídeo e apresentações, que complementem o conteúdo das aulas e auxiliem no aprendizado individual.
- **Apoio ao Vivo (Fórum de Dúvidas):** Durante todo o período do curso, os participantes terão acesso a um fórum de dúvidas online, onde poderão enviar questões aos instrutores ou interagir com outros participantes para esclarecer dúvidas sobre o conteúdo das aulas. O fórum deverá ser monitorado pela empresa contratada, garantindo que as dúvidas sejam respondidas de maneira clara e eficaz.
- **Exercícios Práticos e Avaliações:** A empresa deverá fornecer exercícios práticos (como projetos, testes e simulados) para que os participantes possam aplicar o conhecimento adquirido durante o curso. Estes exercícios poderão ser realizados na própria plataforma de ensino e corrigidos automaticamente ou pelos instrutores.
- **Suporte Técnico:** A empresa contratada deverá disponibilizar suporte técnico durante o curso, caso os participantes enfrentem problemas com a plataforma online ou com os softwares utilizados durante o treinamento.
- **Resultados Esperados:** Formação de profissionais capacitados e atualizados nas ferramentas BIM (Autodesk Revit) e nas práticas de Planejamento e Orçamento de Obras. Melhoria na qualidade e produtividade dos projetos realizados pela equipe, com maior precisão na elaboração de projetos e controle de custos. Redução de erros e retrabalhos, uma vez que o domínio dessas ferramentas contribui diretamente para uma gestão mais eficiente e assertiva dos projetos.

7.5. ROTINAS A SEREM CUMPRIDAS

7.5.1. A execução contratual observará as rotinas abaixo:

7.5.1.1. A empresa deverá comprovar experiência e expertise, teórico-prático, na área de capacitação em softwares BIM (Autodesk Revit) e Engenharia de Custos/Orçamento de Obras para profissionais e/ou servidores públicos, com um histórico de sucesso na realização de cursos objeto deste processo.

7.5.1.2. O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, e a contratada terá que oferecer os cursos exclusivamente na modalidade EAD Ao Vivo (Síncrona).

7.5.1.3. A contratada deverá seguir a ementa mínima sugerida para cada um dos cursos.

7.5.1.4. A empresa deverá garantir uso de metodologia capaz de utilizar abordagens didáticas eficientes (exposição teórica, estudos de casos, atividades práticas, elaboração de documentos, etc), adaptando os cursos as necessidades específicas da instituição, personalizando os cursos para atender as competências e habilidades necessárias a formação/atualização dos conhecimentos dos servidores da SESED/RN que laboram no Setor de Engenharia.

7.6. PROCEDIMENTOS DE TRANSIÇÃO E FINALIZAÇÃO DO CONTRATO

7.7. Ao término da execução contratual, a contratada deverá concluir integralmente os cursos de capacitação referentes ao **Lote I - Software Autodesk Revit** e ao **Lote II - Planejamento e Orçamento de Obras**, garantindo a entrega do material didático e a emissão dos certificados aos participantes.

7.8. O conteúdo ministrado deverá ser disponibilizado em formato gravado, de modo a permitir que os participantes revisitem os tópicos abordados durante o curso, permanecendo acessível após sua conclusão para fins de reforço do aprendizado.

7.9. Deverá ser apresentado relatório final contendo a relação dos participantes e a carga horária executada, para fins de verificação do cumprimento do objeto.

7.10. O encerramento do contrato ocorrerá com o atesto do fiscal, após a comprovação de que todas as obrigações contratuais foram devidamente cumpridas, não sendo necessária transição adicional, em razão da natureza pontual da contratação.

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

8.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

8.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) de contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

8.4. O fiscal de contrato fiscalizará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, conferindo as notas fiscais e as documentações exigidas para o pagamento, e após o ateste, encaminhar ao gestor de contrato, para ratificação. (Decreto Estadual nº 32.449, de 2022, art. 48, III);

8.5. O fiscal de contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, inclusive o controle do saldo e da vigência contratual, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto Estadual nº 32.449, de 2022, art. 48, II);

8.6. O fiscal de contrato notificará formalmente a contratada quando forem constatados inadimplementos contratuais, para, dentro de um prazo razoável, elaborar manifestação e solução do problema. (Decreto Estadual nº 32.449, de 2022, art. 48, X);

8.7. O fiscal de contrato deverá observar ainda as regras relativas a sua atuação de que trata o Título IV, Capítulo II, Seção IV, Subseção II do Decreto Estadual nº 32.449, de 2022.

8.8. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

8.9. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

8.10. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

8.11. Preposto

8.12. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

8.13. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

8.14. Rotinas de Fiscalização

8.15. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

8.16. Fiscalização Técnica

8.17. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do mesmo, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

8.18. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

8.19. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

8.20. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

8.21. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

8.22. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

8.23. Gestor do Contrato

Cabe ao gestor do contrato:

8.23.1. Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

8.23.2. Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência.

8.23.3. Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

8.23.4. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

8.23.5. Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

8.23.6. Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

8.23.7. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

9.1. A avaliação da execução do objeto será efetuada à medida em que cada curso (parcela) for concluído e entregue ao gestor do contrato os seguintes documentos:

9.1.1. Relatórios de acesso (EAD) dos alunos;

9.1.2. Lista de aprovação/reprovação dos alunos;

9.1.3. Avaliação do curso realizado pelos alunos;

9.1.4. Emissão do Certificado de Conclusão do Curso para os alunos aprovados.

9.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

9.2.1. Não produzir os resultados acordados;

9.2.2. Deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

9.2.3. Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

9.3. A utilização deste modelo de avaliação não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

9.4. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

9.4.1. Relatórios de acesso (EAD) dos alunos;

9.4.2. Lista de aprovação/reprovação dos alunos;

9.4.3. Avaliação do curso realizado pelos alunos;

9.4.4. Emissão do Certificado de Conclusão do Curso para os alunos aprovados.

9.5. Recebimento do Objeto

9.5.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias, pelo fiscal do contrato, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Decreto Estadual nº 32.449, de 2023, art. 50);

9.5.2. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga;

9.6. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

9.6.1. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório;

9.6.2. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021);

9.6.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis;

9.6.4. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

9.6.5. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão sobre a execução do curso, incluindo aspectos técnicos e administrativos, bem como demais documentos julgados pertinentes, devendo ser encaminhado ao gestor do contrato para fins de aceite definitivo;

9.7. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, pelo gestor de contrato ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

9.7.1. Analisar os documentos referentes ao recebimento do objeto contratado, avaliando as informações e documentos emitidos pelo fiscal de contrato;

9.7.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

9.7.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização; e

9.7.4. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

9.8. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento;

9.9. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança;

9.10. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

9.11. Liquidação

9.12. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

9.13. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

9.13.1. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

9.13.2. O prazo de validade;

9.13.3. A data da emissão;

9.13.4. Os dados do contrato e do órgão contratante;

9.13.5. O período respectivo de execução do contrato;

9.13.6. O valor a pagar; e

9.13.7. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

9.13.8. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

9.13.9. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.13.10. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

9.13.11. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de ... dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

9.13.12. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização quanto à inadimplência do contratado.

9.13.13. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

9.13.14. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

9.14. **Prazo de pagamento**

9.14.1. O pagamento poderá ser efetuado no prazo de até 30(trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa.

9.14.2. No caso de atraso pelo Contratante, eventuais índices de correção monetária a serem aplicados para atualização do valor deverão ser os índices de correção estabelecidos oficialmente.

9.15. **Forma de pagamento**

9.15.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta-corrente indicados pelo contratado.

9.15.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.15.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.15.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

9.15.5. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9.16. **Reajuste**

9.16.1. A Lei nº 14.133/2021 em seu artigo 25, § 7º fixou a necessidade da estipulação no contrato, independente do prazo de sua duração, de índice de reajustamento de preço, com data-base vinculada à data do orçamento estimado. No art. 92 da mesma lei, também é informado da necessidade do estabelecimento do preço e as condições de pagamento, os critérios, a data-base e a periodicidade do reajustamento de preços e os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento.

9.16.2. Vale destacar que o aludido entendimento já vinha sendo adotado nos modelos da Advocacia Geral da União, com base no entendimento do Tribunal de Contas da União (Acórdão nº 7184/2018 - Segunda Câmara, no Acórdão nº 2205/2016-TCU-Plenário) e no Parecer nº 79/2019/DECOR/CGU/AGU, aprovado nos termos do Despacho nº 480/2020/DECOR/CGU/AGU, pelo Despacho nº 00496/2020/DECOR/CGU/AGU e Despacho nº 00643 /2020/GAB/CGU/AGU (NUP 08008.000351/2017-17).

9.16.3. Os preços inicialmente contratados serão fixos e irrevogáveis. Caso necessário, os preços serão reajustados após o intervalo de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela contratante, do Índice de IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

9.17. **Cessão de crédito**

9.17.1. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

9.17.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

9.17.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos,

incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

9.17.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

10. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

10.2.1. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

10.2.2. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Termo, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

10.2.3. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Termo, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.2.4. **Multa:**

1. Moratória de **0,5% (cinco décimos por cento) por dia** de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **60 (sessenta) dias**;

2. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 10.1, de **10 % (dez por cento)** do valor do Contrato.

3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 10.1, de **8% (oito por cento)** do valor do Contrato.

4. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 10.1, a multa será de **6 % (seis por cento)** do valor do Contrato.

5. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 10.1, a multa será de **4% (quatro por cento)** do valor do Contrato.

6. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 10.1, a multa será de **2 % (dois por cento)** do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

10.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

10.3.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

10.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo **máximo de 15 (quinze) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.4.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

10.5. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante; e
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

10.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de

fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da lei nº 14.133/21.

10.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

11. FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA

11.1. Regime de Execução

11.1.1. O regime de execução do objeto será de contratação por tarefa.

11.2. Exigências de habilitação

11.2.1. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

11.3. Habilitação jurídica

11.3.1. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

11.3.2. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

11.3.3. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

11.3.4. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

11.3.5. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

11.3.6. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

11.3.7. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

11.3.8. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

11.3.9. **Consórcio de empresas:** contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.10. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

11.4. Habilitação fiscal, social e trabalhista

11.4.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

11.4.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

11.4.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

11.4.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

11.4.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

11.4.6. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

11.4.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

11.4.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

11.5. Qualificação Econômico-Financeira

11.5.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de

pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

11.5.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

11.5.3. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando, para cada exercício, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um).

11.5.3.1. Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação; e

11.5.3.2. Patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação;

11.5.4. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

11.5.5. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

11.5.6. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

11.6. **Conhecimento das Condições da Contratação**

11.6.1. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação;

11.6.2. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

11.7. **Qualificação Técnico-Operacional**

11.7.1. A comprovação de aptidão para a prestação dos serviços educacionais deverá ser realizada por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou, quando aplicável, por conselhos profissionais competentes.

11.7.2. Os atestados deverão comprovar a execução de serviços compatíveis em características com o objeto da contratação, entendidos como a ministração de cursos de capacitação na área de projetos de engenharia e/ou arquitetura com uso da metodologia BIM (no Software Autodesk Revit) e/ou curso de planejamento e orçamento de obras.

11.7.3. Os documentos apresentados deverão referir-se a serviços executados em período não superior a 3 (três) anos, contados da data de sua apresentação.

11.7.4. Deverá ser comprovada a execução de, no mínimo, um curso com quantitativo de participantes correspondente a pelo menos 50% (cinquenta por cento) do número de participantes previsto nesta contratação.

11.7.5. Os documentos apresentados demonstrem que a Contratada possui experiência comprovada na organização, planejamento e execução de cursos de capacitação. Esses cursos devem apresentar conteúdo, carga horária, metodologia.

11.7.6. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

11.7.7. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

11.7.8. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

11.7.9. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

11.7.10. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

11.7.11. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

11.8. **Qualificação Técnica dos Instrutores**

11.8.1. Os instrutores responsáveis pela execução dos cursos deverão possuir qualificação técnica compatível com os conteúdos a serem ministrados, mediante apresentação de formação em Engenharia, Arquitetura em nível superior ou técnico, bem como por experiência profissional na elaboração, coordenação ou compatibilização de projetos, planejamento e orçamento de obras, com utilização do Software Autodesk Revit.

11.8.2. A qualificação técnica deverá ser demonstrada por meio de comprovação de atuação prática e/ou experiência em capacitações relacionadas ao uso de ferramentas BIM, planejamento e orçamento de obras, observando-se a aplicação desses conhecimentos no âmbito de obras e serviços de engenharia, em consonância com as boas práticas de planejamento e com os princípios estabelecidos pela Lei nº 14.133/2021.

11.8.2.1. O(s) profissional(is) acima indicado(s) deverá(ão) participar do serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração (§ 6º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021).

11.9. **Documentação complementar para cooperativas**

11.9.1. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

12. **ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

12.1. A estimativa de valor foi apurada por meio de pesquisa de preço direta, uma vez que não foi possível localizar orçamentos para o **LOTE I** no <https://paineldeprecos.planejamento.gov.br/> e no <https://www.gov.br/compras/pt-br> e <http://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortal.asp> conforme Justificativa (SEI 35512647). Para o cálculo, foi utilizada a média/mediana aritmética, resultando em um valor médio estimado de R\$ 77.424,12 (setenta e sete mil quatrocentos e vinte e quatro reais e doze centavos). A melhor proposta recebida foi de R\$ 71.542,35 (setenta e um mil, quinhentos e quarenta e dois reais e trinta e cinco centavos), com base no quantitativo estipulado. Os valores, cálculos e suas respectivas justificativas estão detalhadamente apresentados na Pesquisa de Preço (SEI 39637791).

12.2. A estimativa de valor foi apurada por meio de pesquisa de preço direta, uma vez que não foi possível localizar orçamentos para o **LOTE II** no <https://paineldeprescos.planejamento.gov.br/> e no <https://www.gov.br/compras/pt-br> e <http://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortal.asp>, conforme Justificativa (SEI 35512647). Para o cálculo, foi utilizada a média/mediana aritmética, resultando em um valor médio estimado de R\$ 13.250,00 (treze mil duzentos e cinquenta reais). A melhor proposta recebida foi de R\$ 10.900,00 (dez mil e novecentos reais), com base no quantitativo estipulado. Os valores, cálculos e suas respectivas justificativas estão detalhadamente apresentados na Pesquisa de Preço (SEI 39637791).

12.3. A soma dos **LOTE I e LOTE II** resultou em um valor médio estimado de R\$ 90.674,12 (noventa mil seiscentos e setenta e quatro reais e doze centavos).

12.4. O método de estimativa de preços deu-se como explanado no item 6. LEVANTAMENTO DE MERCADO, do ETP (SEI 40391505).

12.5. A contratação terá seu valor publicado em edital e terá como modo de disputa o lance aberto.

13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. A despesa decorrente da aquisição constante no objeto acima descrito correrá à conta da dotação orçamentária constante na **Lei Orçamentária Anual - 2025**.

13.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I - Gestão/unidade: 210132/21132

II - Fonte de recursos: 4.713.000072

III - Programa de trabalho: 0301 - SEGURANÇA PÚBLICA: CIDADANIA, INTELIGÊNCIA, GESTÃO E VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS

IV - Elemento de despesa: 33.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - PJ

14. DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas [exceto o custo estimado da contratação, que possui caráter sigiloso até o julgamento das propostas].

14.2. Declara-se, para os devidos fins legais e de controle, que o presente Termo de Referência foi elaborado a partir do modelo padronizado de Termo de Referência para contratação de serviços da **AGU**, sem alterações em suas cláusulas essenciais.

RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

GILVAN COSTA DE AZEVEDO

Chefe do Setor de Engenharia/SESED

AUTORIDADE REQUISITANTE

JOSELITO XAVIER PAIVA

Coordenador de Planejamento Institucional

DA APROVAÇÃO DO ORDENADOR DE DESPESAS

OSMIR DE OLIVEIRA MONTE

Secretário Adjunto de Segurança Pública e da Defesa Social

Referência: Processo nº 00510028.004277/2025-46

SEI nº 39661370

APÊNDICE DO ANEXO I - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR



SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DA DEFESA SOCIAL

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR DA CONTRATAÇÃO

Processo nº 00510028.004277/2025-46

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

1.1. O presente Estudo Técnico Preliminar tem por finalidade demonstrar a necessidade da contratação de empresa especializada para a capacitação de 27 (vinte e sete) servidores vinculados à área de Engenharia da Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Defesa Social (SESED/RN) e de seus órgãos vinculados (ITEP/RN, PCRN, CBMRN, Engenharia/SESED e CTINF/SESED), considerando as atribuições institucionais relacionadas à elaboração de projetos, planejamento, orçamento e

gestão de obras públicas.

1.2. No contexto atual, caracterizado pela crescente adoção de tecnologias digitais e metodologias integradas no setor de engenharia, verifica-se que parte dos servidores não dispõe de capacitação adequada em ferramentas modernas amplamente utilizadas, especialmente no que se refere à Modelagem da Informação da Construção (BIM) e às técnicas atualizadas de planejamento e orçamento de obras.

1.3. Tal cenário impacta diretamente a eficiência das atividades desenvolvidas, comprometendo a qualidade dos projetos elaborados, a precisão das estimativas de custos e a efetividade do planejamento e da fiscalização contratual, podendo resultar em retrabalhos, inconsistências técnicas, dificuldades na gestão de recursos e riscos ao cumprimento de prazos.

1.4. Adicionalmente, identificam-se fragilidades nos processos de planejamento e orçamento, especialmente na elaboração de estimativas de custos, no controle financeiro e na definição de cronogramas, o que pode ocasionar distorções orçamentárias e prejuízos à adequada execução das obras públicas.

1.5. Diante desse contexto, evidencia-se a necessidade de capacitação dos servidores, com vistas ao desenvolvimento de competências técnicas alinhadas às melhores práticas do setor, contribuindo para o aprimoramento da eficiência administrativa, da qualidade dos serviços prestados e da gestão dos recursos públicos.

1.6. O quantitativo de 27 (vinte e sete) servidores foi definido com base no processo (SEI 00510028.000006/2025-11), no qual os setores demandantes indicaram nominalmente os profissionais que necessitam da capacitação.

2. ÁREA REQUISITANTE

Área Requisitante	Responsável
Setor de Engenharia da Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Defesa Social - SESED	GILVAN COSTA DE AZEVEDO Coordenador de Engenharia

3. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL - PCA

3.1. A demanda está formalizada no Plano de Contratações Anual, referente ao exercício de 2026, da Secretaria de Segurança e Defesa Social (SESED/RN), disponibilizado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), PCA 2025 - 00.498.299/0001-56 - ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, conforme detalhamento a seguir:

- I - ID PCA no PNCP: 00498299000156-0-000001/2026
- II - Data de publicação no PNCP: 20/05/2025
- III - Id do item no PCA: 191
- IV - Classe/Grupo: 929 - OUTROS SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO E TREINAMENTO
- V - Identificador da Futura Contratação: 925535-117/2026

4. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO

4.1. A presente contratação fundamenta-se na necessidade de promover o aperfeiçoamento técnico dos servidores que atuam na área de engenharia da Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Defesa Social do Rio Grande do Norte (SESED/RN) e de seus órgãos vinculados, considerando a crescente complexidade das atividades relacionadas à elaboração de projetos, planejamento, orçamento, fiscalização e gestão de obras públicas.

4.2. A evolução contínua das metodologias e ferramentas tecnológicas aplicadas à engenharia, especialmente aquelas relacionadas à Modelagem da Informação da Construção (BIM - Building Information Modeling) e às técnicas modernas de planejamento e orçamento de obras, impõe à Administração Pública o dever de manter seus agentes devidamente capacitados, de modo a assegurar maior eficiência, economicidade e qualidade no desempenho de suas atribuições institucionais.

4.3. A insuficiência de capacitação nessas áreas pode comprometer a qualidade técnica dos projetos, a confiabilidade dos orçamentos, a eficiência do planejamento das contratações e a efetividade do acompanhamento da execução contratual, resultando em falhas de compatibilização, retrabalho, aditivos contratuais desnecessários, atrasos na execução de obras e riscos à adequada aplicação dos recursos públicos.

4.4. Nesse contexto, a capacitação proposta mostra-se essencial para suprir lacunas de conhecimento identificadas entre os servidores, possibilitando o aprimoramento das competências técnicas voltadas à utilização de ferramentas digitais, ao desenvolvimento de projetos com maior precisão, à elaboração de orçamentos mais consistentes e ao fortalecimento das rotinas de planejamento e controle das obras públicas sob responsabilidade da SESED/RN.

4.5. Destaca-se, ainda, que o investimento em capacitação técnica está alinhado ao princípio da eficiência, previsto no art. 37 da Constituição Federal, bem como às diretrizes estabelecidas pela Lei nº 14.133/2021, que reforça a importância do planejamento das contratações e da qualificação dos agentes públicos envolvidos nos processos de contratação e gestão contratual.

4.6. Dessa forma, a contratação de empresa especializada para a realização dos cursos do Software Autodesk Revit e de Planejamento e Orçamento de Obras justifica-se como medida necessária ao fortalecimento institucional, à melhoria da qualidade técnica dos serviços de engenharia, ao aumento da produtividade dos servidores e à mitigação de riscos técnicos e administrativos, contribuindo diretamente para o aprimoramento da gestão das obras e serviços de engenharia no âmbito da SESED/RN.

4.7. Por fim, ressalta-se que o quantitativo de 27 (vinte e sete) servidores foi definido com base em levantamento formalizado no processo (SEI 00510028.000006/2025-11), no qual os setores demandantes indicaram nominalmente os profissionais que necessitam da capacitação, evidenciando de forma objetiva a necessidade administrativa da contratação.

5. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. A contratação pretendida tem por objeto a realização de **curso de capacitação** de 27 (vinte e sete) servidores, por meio dos cursos do Software Autodesk Revit e de Planejamento e Orçamento de Obras, destinados aos setores de Engenharia vinculados à Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Defesa Social (SESED/RN), com foco no aperfeiçoamento técnico dos participantes, conforme especificações a serem detalhadas no Termo de Referência.

5.2. Trata-se de contratação **de natureza não continuada**, uma vez que o objeto se esgota com a execução integral do curso, não havendo necessidade de renovações sucessivas, nos termos do art. 103 da Lei nº 14.133/2021.

5.3. Os requisitos da contratação foram definidos com base nos **princípios da proporcionalidade, razoabilidade, competitividade, eficiência e isonomia**, buscando assegurar a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, sem a imposição de exigências desnecessárias ou restritivas à ampla participação de interessados.

Requisitos Técnicos e Operacionais

5.4. A empresa contratada deverá possuir capacidade técnica compatível com o objeto, comprovada por meio de experiência prévia na realização de cursos ou treinamentos especificamente em softwares de modelagem BIM (Building Information Modeling) no Software Autodesk Revit e/ou Planejamento e Orçamento de Obra, não sendo exigido quantitativo mínimo de alunos ou horas, desde que comprovada a pertinência temática.

5.5. A execução do curso deverá observar padrão mínimo de qualidade, com metodologia adequada, instrutores qualificados e conteúdo programático compatível com os objetivos institucionais da **Administração Pública**.

Requisitos Jurídicos, Fiscais e Trabalhistas

5.6. A futura contratada deverá comprovar **regularidade jurídica, fiscal e trabalhista**, nos termos da legislação vigente, bem como atender às condições de habilitação previstas na Lei nº 14.133/2021, incluindo cadastro regular no SICAF, quando aplicável.

5.7. A contratada deverá cumprir integralmente a legislação trabalhista, previdenciária e social, especialmente no que se refere à proibição do trabalho infantil, do trabalho em condições análogas à escravidão e ao atendimento das cotas legais vigentes.

Requisitos de Sustentabilidade

5.7.1. A presente contratação alinha-se às diretrizes de desenvolvimento nacional sustentável, adotando medidas que mitiguem o impacto ambiental e promovem a responsabilidade social, estruturadas nos seguintes eixos:

5.7.2. Desmaterialização e Redução de Insumos: Todo o material didático, apostilas, exercícios e manuais fornecidos pela Contratada deverão ser disponibilizados prioritariamente em formato digital, reduzindo o máximo possível o consumo de papel, toners e demais insumos de impressão.

5.7.3. Eficiência Energética: Tratando-se de capacitação em softwares que exigem processamento computacional (BIM e Orçamentoção), a Contratada deverá utilizar e/ou incentivar o uso de equipamentos de informática e servidores (no caso de plataformas EAD) que observem critérios de eficiência energética, preferencialmente atestados por selos de conformidade (como Procel, Energy Star ou similares), otimizando o consumo de energia elétrica durante a execução do objeto.

5.7.4. Responsabilidade Socioambiental Corporativa: A empresa contratada deverá observar as boas práticas de responsabilidade social e ambiental em suas operações, o que inclui a adoção de medidas internas de conscientização ambiental de sua equipe de instrutores e colaboradores.

Requisitos Normativos

5.8. A contratação observará, no que couber, as seguintes normas:

- Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos;
- demais legislações e normativos aplicáveis à execução de serviços de capacitação e treinamento.

Garantia da Contratação

5.9. Considerando a natureza do objeto, consistente em prestação de serviços de capacitação, o valor estimado da contratação, conforme demonstrado no item 8 – Estimativa do Valor da Contratação deste ETP, bem como e o baixo risco de inadimplemento, **não se mostra necessária a exigência de garantia contratual**, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

Forma de Contratação

5.10. Considerando o valor estimado e o enquadramento legal, a contratação poderá ser realizada por meio de **pregão eletrônico**, nos termos da Lei nº 14.133/2021, assegurada a ampla competitividade.

6. LEVANTAMENTO DE MERCADO

6.1. Foram analisadas alternativas para capacitação dos servidores da área de engenharia da SESED/RN e de seus órgãos vinculados (ITEP/RN, PCRN, CBMRN, Engenharia/SESED e CTINF/SESED).

6.2. A possibilidade de atendimento da demanda por meio de capacitação via convênios ou parcerias institucionais com entidades formais foi devidamente avaliada, tendo sido realizados contatos com o CREA/RN (SEI 40821063), que acusou o recebimento da solicitação (Protocolo nº 4869483/2026 – SITAC), porém sem previsão de atendimento, bem como com o SENAC (SEI 40824285 e 40857253), UFRN (SEI 40857534) e IFRN; contudo, apesar das tratativas empreendidas, não houve manifestação de interesse por parte dessas instituições quanto à execução da demanda, restando inviável essa alternativa.

6.3. A contratação de cursos online avulsos, de forma individualizada, também foi considerada. Todavia, tal alternativa mostrou-se inadequada, por não garantir a padronização e a integração do conhecimento entre os servidores. Ademais, esse modelo dificulta o controle da efetiva participação dos servidores e não assegura a uniformidade da qualidade do conteúdo ofertado.

6.4. Diante desse cenário, identificou-se como solução mais adequada a contratação de empresa especializada para a realização dos cursos de capacitação nos Softwares Autodesk Revit e em Planejamento e Orçamento de Obras. Ressalta-se que esse modelo de contratação, por meio de empresa especializada na ministração de cursos, já foi adotado anteriormente pela SESED, a exemplo da capacitação promovida no âmbito do CIOSP/Natal, conforme o Processo (SEI 00510089.000414/2023-97), o que demonstra sua viabilidade operacional e aderência às necessidades institucionais.

6.5. A solução enquadra-se como serviço comum, nos termos da Lei nº 14.133/2021, por apresentar padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos pelo mercado, permitindo sua especificação clara no instrumento convocatório e a comparação entre propostas com base em critérios objetivos, especialmente o preço.

6.6. Para subsidiar a contratação, foi realizada pesquisa de preços junto as várias empresas especializadas do segmento, por meio de consultas diretas, conforme documentação constante na Pesquisa de Preços (SEI 39637791).

6.7. Registra-se que, apesar das tentativas de contato realizadas por correio eletrônico e por aplicativo de mensagens com outras empresas do setor, conforme evidenciado no anexo (SEI 40779479) tais como Vieira Academy (representante: Alcides Vieira), Implante BIM (representante: Alexandre Caramaschi) e EngenhariaBIM (representante: Alexandre), apenas três empresas encaminharam propostas válidas.

6.8. Assim, o levantamento de mercado foi realizado com base em pesquisa direta junto a fornecedores que atuam no segmento, os quais ofertam cursos de capacitação nos Softwares Autodesk Revit e em Planejamento e Orçamento de Obras voltados à área de engenharia, possibilitando a identificação da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

EMPRESA - CURSO DO SOFTWARE AUTODESK REVIT	SITE	CONTATO
AXIOM TREINAMENTOS	contato@axiombr.com	(11) 96196-1324

QUATRE ENSINO ESPECIALIZADO EIRELI	contato@espacoquatre.com	(84) 99999-1133
DIGICAD TREINAMENTO EM TECNOLOGIA	cursos@digicad.com.br	(11) 4121-6166

EMPRESA - CURSO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO DE OBRAS	SITE	CONTATO
INSTITUTO DE PÓS GRADUAÇÃO E GRADUAÇÃO - IPOG	relacionamento@ipog.edu.com.br	(62) 9626-6786
COSTANOBRE ENGENHARIA E TREINAMENTOS	contato@costanobreengenharia.com.br	(11) 4105-2707
INSTITUTO BRAMANTE DE TREINAMENTO PROFISSIONAL	contato@institutobramante.com.br	(11) 4105 - 2707

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO DA CONTRATAÇÃO
- 7.1. A descrição da solução de forma geral refere-se a contratação de empresa especializada para capacitação de 27 (vinte e sete) servidores através do curso do software voltado à metodologia **Building Information Modeling (BIM)** e do curso de Planejamento e Orçamento de Obras para todos os setores de engenharia vinculados a Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Defesa Social - SESED, mediante escolha por pregão eletrônico.
- 7.2. A contratação visa a melhoria da produtividade e eficiência, atualização tecnológica, redução de erros e melhoria na qualidade dos projetos, além do desenvolvimento profissional dos funcionários.
- 7.3. Justificativa da escolha do curso para qual Software Building Information Modeling (BIM):
- 7.3.1. No âmbito desse levantamento de mercado realizado para atendimento da presente demanda, foram analisadas diferentes soluções tecnológicas voltadas à metodologia **Building Information Modeling (BIM)**, considerando critérios técnicos, operacionais e de aderência às necessidades da Administração Pública.
- 7.3.2. Dentre as alternativas avaliadas, destacaram-se softwares amplamente utilizados no setor da construção civil, tais como Autodesk Revit, ArchiCAD e Tekla Structures. Após análise comparativa, verificou-se que o Software Autodesk Revit apresenta maior aderência aos requisitos institucionais, em razão de suas funcionalidades nativas voltadas à modelagem da informação da construção, interoperabilidade entre disciplinas e ampla difusão no mercado nacional.
- 7.3.3. A escolha fundamenta-se, ainda, na capacidade do software de integrar, em um único ambiente, as diferentes etapas do ciclo de vida do empreendimento, possibilitando a elaboração de projetos com maior nível de precisão, compatibilização entre disciplinas (arquitetura, estrutura e instalações), extração automatizada de quantitativos e apoio ao planejamento e orçamento de obras públicas.
- 7.3.4. Adicionalmente, o Software Autodesk Revit apresenta elevada aceitação no mercado, o que favorece a padronização de processos, a capacitação de servidores e a futura contratação de serviços especializados, reduzindo riscos operacionais e custos de transição tecnológica.
- 7.3.5. Ressalta-se, ainda, que a adoção de soluções tecnológicas como o Software Autodesk Revit encontra respaldo na Lei nº 14.133/2021, a qual incentiva o uso de ferramentas modernas e inovadoras que promovam maior eficiência, economicidade e qualidade nas contratações públicas. Nesse contexto, o emprego de softwares compatíveis com a metodologia BIM contribui diretamente para o aprimoramento do planejamento, da execução e do controle das obras e serviços de engenharia no âmbito da Administração Pública.
- 7.3.6. Dessa forma, conclui-se que o Software Autodesk Revit se mostra como a solução mais adequada, sob os aspectos técnico e econômico, para atendimento da necessidade identificada, conforme evidenciado no presente levantamento de mercado.
- 7.4. Partindo da escolha do Software Autodesk Revit, as empresas que oferecem cursos para o Software Autodesk Revit possuem currículos bem estruturados e atualizados de acordo com as últimas versões e tendências do software, o que garante que o treinamento aborde todos os aspectos essenciais, desde os conceitos básicos até os avançados. Além disso, os cursos de orçamento e projeto são fundamentais para os setores de engenharia, e atualmente nenhum dos profissionais dessas áreas possui essa formação específica. Por isso, há uma necessidade urgente de adesão a esses cursos, a fim de garantir a capacitação adequada e aprimorar a atuação desses profissionais no mercado.
- 7.5. Logo, na solução escolhida para a capacitação deverão ser contemplados por parte da contratada, os critérios técnicos conforme o descritivo a seguir:
- 7.5.1. LOTE I: Referente a contratação de empresa que ministra curso do Software Autodesk Revit.
- 7.5.1.1. OBJETIVO: Capacitar e atualizar os servidores para o desenvolvimento de projetos utilizando o **Software Autodesk Revit**, baseado na **Modelagem da Informação da Construção (Building Information Modelling - BIM)**, visando aprimorar a elaboração de projetos de obras e serviços de engenharia e arquitetura no âmbito da SESED/RN.
- 7.5.1.2. A capacitação mostra-se necessária tendo em vista que a **Lei nº 14.133/2021**, em seu **art. 42, §1º**, estabelece que a Administração Pública **deve estimular o uso de tecnologias e processos digitais**, tais como o **BIM**, nas contratações de obras e serviços de engenharia. Dessa forma, torna-se recomendável que os servidores estejam aptos a utilizar ferramentas compatíveis com essa metodologia, assegurando maior eficiência, precisão e integração nas etapas de planejamento, elaboração, execução e gestão dos projetos.
- 7.5.1.3. PÚBLICO-ALVO: Servidores que participarão do desenvolvimento e elaboração de atividades na área da engenharia civil.
- 7.5.1.4. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:
- Desenvolvimento de projetos arquitetônicos utilizando as ferramentas básicas do Software Autodesk Revit para arquitetura;

- Execução do projeto hidráulico e sanitário seguindo as orientações da NBR 5626 e 8160, bem como a elaboração de todas as vistas e tabelas;

- Execução de modelagem de sistemas prediais elétricos, estudo de tabelas e planilhas, elaboração de todas as pranchas necessárias para a execução do projeto elétrico (iluminação e força), seguindo as orientações da NBR 5410;

- Execução da modelagem de estruturas de concreto armado, bem como a elaboração de todas as vistas e tabelas;

- Execução de modelagem de estruturas metálicas, bem como a elaboração de todas as vistas e tabelas.
- 7.5.1.5. MODALIDADE: remoto síncrono
- 7.5.1.6. QUANTIDADE DE SERVIDORES: 27 servidores

7.5.2. **LOTE II: Referente a contratação de empresa que ministra Curso de Planejamento e Orçamento de Obras.**

7.5.2.1. **OBJETIVO:** Capacitar e atualizar os servidores para desenvolvimento de orçamento de obra com mais celeridade e minimizando os riscos de atrasos e retrabalhos.

7.5.2.2. **PÚBLICO-ALVO:** Servidores que participarão do desenvolvimento e elaboração de atividades na área da engenharia civil.

7.5.2.3. **CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:**

- Planejamento de obra;
- Introdução ao orçamento de obras;
- Análise de projetos para orçamento;
- Estimativa preliminar do custo da obra;
- Etapas e serviços da obra;
- Levantamento do quantitativo de serviços;
- Composições de custos unitários;
- Quantidades de insumos por unidade de serviços;
- Quantidades de material e mão de obra;
- Encargos Sociais;
- Dimensionamento de equipes;
- Preço dos insumos;
- Custo total da obra;
- BDI – Bônus e Despesas Indiretas;
- Elaboração de curva ABC;
- Elaboração de cronograma físico-financeiro;
- PDCA

7.5.2.4. **MODALIDADE:** remoto síncrono

7.5.2.5. **QUANTIDADE DE SERVIDORES:** 27 servidores

7.6. **DESCRIÇÃO DA EXECUÇÃO:**

7.6.1. **Metodologia:** A metodologia será composta por aulas teóricas e práticas, utilizando recursos como demonstrações ao vivo, exercícios práticos e estudos de caso. O treinamento será interativo e envolverá a utilização de exemplos reais para o aprendizado prático. Além disso, os participantes terão acesso a um fórum de dúvidas, onde poderão esclarecer questões com os instrutores ou outros participantes durante todo o período de treinamento.

7.6.2. **Formato de Ensino:** O curso será oferecido exclusivamente na modalidade de Ensino a Distância (EAD), de forma remota, com aulas transmitidas ao vivo (formato síncrono).

7.6.3. **Horário das Aulas:** As aulas serão realizadas exclusivamente no horário comercial (das 08h às 12h **ou** das 13h às 17h), sem oferta nos finais de semana. Essa organização possibilita que, caso o servidor participe do curso no turno da manhã, possa retornar às suas atividades no período da tarde, e vice-versa, **evitando impacto na continuidade dos serviços essenciais**. A estrutura proposta assegura que os colaboradores possam participar do treinamento sem prejuízo de suas atividades diárias. Além disso, serão disponibilizadas aulas ao vivo, permitindo interação em tempo real com os instrutores, bem como aulas gravadas, para que os participantes possam revisar os conteúdos e ajustar o ritmo de estudo conforme sua disponibilidade.

7.7. **AULAS REMOTAS**

As aulas remotas ocorrerão por meio de uma **plataforma de ensino à distância**, permitindo que os participantes acessem o conteúdo de qualquer lugar. A empresa **contratada** deverá fornecer todos os recursos, ferramentas e licenças necessárias para garantir um aprendizado eficiente e interativo, bem como:

- **Plataforma de Ensino Online:** A empresa deverá fornecer acesso a uma plataforma de ensino à distância, onde os participantes poderão acessar as aulas ao vivo, vídeos gravados, materiais de leitura, quizzes e outros recursos educativos. Essa plataforma deverá ser de fácil navegação e compatível com diferentes dispositivos.
- **Aulas ao Vivo:** As aulas serão realizadas em horários de expediente normal, com interação em tempo real. A empresa deverá fornecer a infraestrutura necessária para transmissões ao vivo de alta qualidade, com suporte para áudio, vídeo e compartilhamento de tela, garantindo que os instrutores possam demonstrar o uso dos softwares em tempo real.
- **Licença dos Softwares:** A contratada será responsável por fornecer as licenças dos softwares necessários e garantir a compatibilidade dos mesmos com o sistema existente na empresa contratante. A empresa contratada deverá assegurar que todas as licenças sejam válidas e que os softwares estejam devidamente configurados para o bom funcionamento durante o treinamento. Caso a contratante já possua os softwares, a empresa contratada deverá verificar a compatibilidade das versões existentes e realizar eventuais atualizações ou ajustes necessários.
- **Aulas Gravadas:** Após cada aula ao vivo, o conteúdo será disponibilizado em formato gravado, para que os participantes possam revisar os tópicos abordados durante o curso. As gravações ficarão disponíveis após a conclusão do curso, permitindo que os alunos revisem e reforcem o aprendizado.
- **Material Didático Digital:** A empresa deverá fornecer materiais de apoio, como apostilas, e-books, tutoriais em vídeo e apresentações, que complementem o conteúdo das aulas e auxiliem no aprendizado individual.
- **Apoio ao Vivo (Fórum de Dúvidas):** Durante todo o período do curso, os participantes terão acesso a um fórum de dúvidas online, onde poderão enviar questões aos instrutores ou interagir com outros participantes para esclarecer dúvidas sobre o conteúdo das aulas. O fórum deverá ser monitorado pela empresa contratada, garantindo que as dúvidas sejam respondidas de maneira clara e eficaz.
- **Exercícios Práticos e Avaliações:** A empresa deverá fornecer exercícios práticos (como projetos, testes e simulados) para que os participantes possam aplicar o conhecimento adquirido durante o curso. Estes exercícios poderão ser realizados na própria plataforma de ensino e corrigidos automaticamente ou pelos instrutores.
- **Suporte Técnico:** A empresa contratada deverá disponibilizar suporte técnico durante o curso, caso os participantes enfrentem problemas com a plataforma online ou com os softwares utilizados durante o treinamento.

- **Resultados Esperados:** Formação de profissionais capacitados e atualizados nas ferramentas Software Autodesk Revit e nas práticas de Planejamento e Orçamento de Obras. Melhoria na qualidade e produtividade dos projetos realizados pela equipe, com maior precisão na elaboração de projetos e controle de custos. Redução de erros e retrabalhos, uma vez que o domínio dessas ferramentas contribui diretamente para uma gestão mais eficiente e assertiva dos projetos.

7.8. Estimativa das quantidades a serem contratadas

7.8.1. A estimativa das quantidades a serem contratadas foi elaborada com base no quantitativo indicado na tabela (SEI 31390484), o qual foi obtido por meio de uma pesquisa detalhada realizada no processo (SEI 00510028.000006/2025-11).

7.8.2. A pesquisa realizou um levantamento detalhado das necessidades específicas dos setores envolvidos, garantindo que o número de contratações seja adequado para atender às demandas atuais. O processo foi conduzido de forma criteriosa, assegurando que as estimativas fossem precisas e alinhadas com as exigências do projeto, o que possibilita uma gestão eficiente dos recursos.

8. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

8.1. O objeto desta contratação é **divisível**, consistindo na prestação de serviços de capacitação profissional estruturada em **dois lotes distintos**, de acordo com a natureza e o conteúdo dos cursos ofertados, a saber: **Lote I - Curso do Software Autodesk Revit** e **Lote II - Curso de Planejamento e Orçamento de Obras**.

8.2. Cada lote configura um **conjunto autônomo, independente e plenamente separável**, possuindo conteúdos programáticos, metodologias de ensino e objetivos específicos, sendo **tecnicamente possível e operacionalmente viável** a sua execução por empresas distintas, sem prejuízo à padronização técnica, à qualidade da capacitação ou à continuidade das atividades institucionais da SESED.

8.3. A divisão do objeto em lotes, associada ao critério de julgamento **“Menor Preço por Lote”**, tem por finalidade **ampliar a competitividade**, permitir a participação de empresas **especializadas em cada temática**, inclusive de diferentes portes, e assegurar a **seleção da proposta mais vantajosa para a Administração**, em consonância com os princípios da **eficiência, economicidade, isonomia e competitividade**, previstos na **Lei nº 14.133/2021**.

8.4. O entendimento do **Tribunal de Contas da União** acerca da matéria encontra-se consolidado na **Súmula nº 247**, que estabelece:

“É obrigatória a adjudicação por item quando o objeto da licitação for divisível e a adjudicação individualizada não comprometer a economia de escala.”

8.5. No presente caso, os dois lotes possuem **características técnicas e pedagógicas próprias**, com **independência operacional**, inexistindo prejuízo à economia de escala, o que reforça a adequação da **adjudicação por lote**.

8.6. A estruturação do certame nesses moldes encontra respaldo nos dispositivos da **Lei nº 14.133/2021**, em especial:

- **Art. 5º** - seleção da proposta mais vantajosa para a Administração;
- **Art. 11** - planejamento e racionalização das contratações;
- **Princípios da competitividade, isonomia, eficiência e economicidade.**

8.7. Diante do exposto, conclui-se que a adoção do critério de julgamento **Menor Preço por Lote** mostra-se **tecnicamente fundamentada e juridicamente adequada**, garantindo maior competitividade, incentivando a participação de fornecedores especializados em cada área de capacitação e assegurando maior eficiência e racionalidade na contratação dos: **Curso do Software Autodesk Revit** e de **Planejamento e Orçamento de Obras**.

9. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

9.1. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

9.2. Início da execução do objeto: As aulas deverão ser iniciadas no prazo máximo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato.

9.3. As turmas para execução do objeto seguirão a seguinte dinâmica:

9.3.1. A primeira etapa consistirá na execução do Lote I (Curso do Software Autodesk Revit), que deverá ser totalmente concluído em até 60 (sessenta) dias após o início das aulas.

9.3.2. A segunda etapa consistirá na execução do Lote II (Curso de Planejamento e Orçamento de Obras), que deverá ser iniciado logo após a conclusão do Lote I e totalmente finalizado em até 60 (sessenta) dias.

9.4. LOCAL E HORÁRIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

9.4.1. **Metodologia:** A metodologia será composta por aulas teóricas e práticas, utilizando recursos como demonstrações ao vivo, exercícios práticos e estudos de caso. O treinamento será interativo e envolverá a utilização de exemplos reais para o aprendizado prático. Além disso, os participantes terão acesso a um fórum de dúvidas, onde poderão esclarecer questões com os instrutores ou outros participantes durante todo o período de treinamento.

9.4.2. **Formato de Ensino:** O curso será oferecido exclusivamente na modalidade de Ensino a Distância (EAD), de forma remota, com aulas transmitidas ao vivo (formato síncrono).

9.4.3. **Horário das Aulas:** As aulas serão realizadas **no horário do expediente** (das 08h às 12h e das 13h às 17h), **não sendo realizadas nos finais de semana**, garantindo que os colaboradores possam participar do treinamento sem interferir em suas atividades diárias. Essa estrutura flexível permitirá que os participantes se dediquem ao aprendizado durante o horário de trabalho, sem comprometer suas responsabilidades. Além disso, serão oferecidas **opções de aulas ao vivo**, para promover a interação em tempo real com os instrutores.

9.4.3.1. AULAS REMOTAS

As aulas remotas ocorrerão por meio de uma **plataforma de ensino à distância**, permitindo que os participantes acessem o conteúdo de qualquer lugar. A empresa **contratada** deverá fornecer todos os recursos, ferramentas e licenças necessárias para garantir um aprendizado eficiente e interativo, bem como:

- **Plataforma de Ensino Online:** A empresa deverá fornecer acesso a uma plataforma de ensino à distância, onde os participantes poderão acessar as aulas ao vivo, vídeos gravados, materiais de leitura, quizzes e outros recursos educativos. Essa plataforma deverá ser de fácil navegação e compatível com diferentes dispositivos.

- **Aulas ao Vivo:** As aulas serão realizadas em horários de expediente normal, com interação em tempo real. A empresa deverá fornecer a infraestrutura necessária para transmissões ao vivo de alta qualidade, com suporte para áudio, vídeo e compartilhamento de tela, garantindo que os instrutores possam demonstrar o uso dos softwares em tempo real.
- **Licença dos Softwares:** A contratada será a única responsável por fornecer as licenças, educacionais ou comerciais, do software para todos os servidores participantes durante todo o período de realização do curso, considerando que a SESED não dispõe dessas licenças. O custo referente à sua disponibilização deverá estar integralmente incluído no valor total da proposta comercial, não sendo admitida a cobrança de quaisquer valores adicionais à Administração.
- Fica expressamente vedado à contratada realizar qualquer tipo de instalação, alteração, atualização ou ajuste nos sistemas, redes ou computadores de propriedade da Administração Pública (SESED/RN), salvo mediante prévia autorização formal da Administração.
- **Aulas Gravadas:** Após cada aula ao vivo, o conteúdo será disponibilizado em formato gravado, para que os participantes possam revisar os tópicos abordados durante o curso. As gravações ficarão disponíveis por um período de pelo menos 6 meses após a conclusão do curso, permitindo que os alunos revisem e reforcem o aprendizado.
- **Material Didático Digital:** A empresa deverá fornecer materiais de apoio, como apostilas, e-books, tutoriais em vídeo e apresentações, que complementem o conteúdo das aulas e auxiliem no aprendizado individual.
- **Apoio ao Vivo (Fórum de Dúvidas):** Durante todo o período do curso, os participantes terão acesso a um fórum de dúvidas online, onde poderão enviar questões aos instrutores ou interagir com outros participantes para esclarecer dúvidas sobre o conteúdo das aulas. O fórum deverá ser monitorado pela empresa contratada, garantindo que as dúvidas sejam respondidas de maneira clara e eficaz.
- **Exercícios Práticos e Avaliações:** A empresa deverá fornecer exercícios práticos (como projetos, testes e simulados) para que os participantes possam aplicar o conhecimento adquirido durante o curso. Estes exercícios poderão ser realizados na própria plataforma de ensino e corrigidos automaticamente ou pelos instrutores.
- **Suporte Técnico:** A empresa contratada deverá disponibilizar suporte técnico durante o curso, caso os participantes enfrentem problemas com a plataforma online ou com os softwares utilizados durante o treinamento.
- **Resultados Esperados:** Formação de profissionais capacitados e atualizados nas ferramentas BIM (Autodesk Revit) e nas práticas de Planejamento e Orçamento de Obras. Melhoria na qualidade e produtividade dos projetos realizados pela equipe, com maior precisão na elaboração de projetos e controle de custos. Redução de erros e retrabalhos, uma vez que o domínio dessas ferramentas contribui diretamente para uma gestão mais eficiente e assertiva dos projetos.

9.5. ROTINAS A SEREM CUMPRIDAS

9.5.1. A execução contratual observará as rotinas abaixo:

9.5.1.1. A empresa deverá comprovar experiência e expertise, teórico-prático, na área de capacitação em softwares BIM (Autodesk Revit) e Engenharia de Custos/Orçamento de Obras para profissionais e/ou servidores públicos, com um histórico de sucesso na realização de cursos objeto deste processo.

9.5.1.2. O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, e a contratada terá que oferecer os cursos exclusivamente na modalidade EAD Ao Vivo (Síncrona).

9.5.1.3. A contratada deverá seguir a ementa mínima sugerida para cada um dos cursos.

9.5.1.4. A empresa deverá garantir uso de metodologia capaz de utilizar abordagens didáticas eficientes (exposição teórica, estudos de casos, atividades práticas, elaboração de documentos, etc), adaptando os cursos as necessidades específicas da instituição, personalizando os cursos para atender as competências e habilidades necessárias a formação/atualização dos conhecimentos dos servidores da SESED/RN que laboram no Setor de Engenharia.

9.6. PROCEDIMENTOS DE TRANSIÇÃO E FINALIZAÇÃO DO CONTRATO

9.7. Ao término da execução contratual, a contratada deverá concluir integralmente os cursos de capacitação referentes ao **Lote I - Software Autodesk Revit** e ao **Lote II - Planejamento e Orçamento de Obras**, garantindo a entrega do material didático e a emissão dos certificados aos participantes.

9.8. O conteúdo ministrado deverá ser disponibilizado em formato gravado, de modo a permitir que os participantes revisitem os tópicos abordados durante o curso, permanecendo acessível após sua conclusão para fins de reforço do aprendizado.

9.9. Deverá ser apresentado relatório final contendo a relação dos participantes e a carga horária executada, para fins de verificação do cumprimento do objeto.

9.10. O encerramento do contrato ocorrerá com o atesto do fiscal, após a comprovação de que todas as obrigações contratuais foram devidamente cumpridas, não sendo necessária transição adicional, em razão da natureza pontual da contratação.

10. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

10.1. A avaliação da execução do objeto será efetuada à medida em que cada curso (parcela) for concluído e entregue ao gestor do contrato os seguintes documentos:

10.1.1. Relatórios de acesso (EAD) dos alunos;

10.1.2. Lista de aprovação/reprovação dos alunos;

10.1.3. Avaliação do curso realizado pelos alunos;

10.1.4. Emissão do Certificado de Conclusão do Curso para os alunos aprovados.

10.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

10.2.1. Não produzir os resultados acordados;

10.2.2. Deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

10.2.3. Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

10.3. A utilização deste modelo de avaliação não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

10.4. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

10.4.1. Relatórios de acesso (EAD) dos alunos;

10.4.2. Lista de aprovação/reprovação dos alunos;

10.4.3. Avaliação do curso realizado pelos alunos;

10.4.4. Emissão do Certificado de Conclusão do Curso para os alunos aprovados.

10.5. **Recebimento do Objeto**

10.5.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias, pelo fiscal do contrato, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Decreto Estadual nº 32.449, de 2023, art. 50);

10.5.2. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga;

10.6. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

10.6.1. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório;

10.6.2. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021);

10.6.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis;

10.6.4. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

10.6.5. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão sobre a execução do curso, incluindo aspectos técnicos e administrativos, bem como demais documentos julgados pertinentes, devendo ser encaminhado ao gestor do contrato para fins de aceite definitivo;

10.7. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, pelo gestor de contrato ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

10.7.1. Analisar os documentos referentes ao recebimento do objeto contratado, avaliando as informações e documentos emitidos pelo fiscal de contrato;

10.7.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

10.7.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização; e

10.7.4. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

10.8. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento;

10.9. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança;

10.10. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

10.11. **Liquidação**

10.12. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

10.13. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

10.13.1. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

10.13.2. O prazo de validade;

10.13.3. A data da emissão;

10.13.4. Os dados do contrato e do órgão contratante;

10.13.5. O período respectivo de execução do contrato;

10.13.6. O valor a pagar; e

10.13.7. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

10.13.8. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

10.13.9. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.13.10. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

10.13.11. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de ... dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

10.13.12. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização quanto à inadimplência do contratado.

10.13.13. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

10.13.14. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

10.14. **Prazo de pagamento**

10.14.1. O pagamento poderá ser efetuado no prazo de até 30(trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa.

10.14.2. No caso de atraso pelo Contratante, eventuais índices de correção monetária a serem aplicados para atualização do valor deverão ser os índices de correção estabelecidos oficialmente.

10.15. **Forma de pagamento**

10.15.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta-corrente indicados pelo contratado.

10.15.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

10.15.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10.15.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

10.15.5. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10.16. **Reajuste**

10.16.1. A Lei nº 14.133/2021 em seu artigo 25, § 7º fixou a necessidade da estipulação no contrato, independente do prazo de sua duração, de índice de reajustamento de preço, com data-base vinculada à data do orçamento estimado. No art. 92 da mesma lei, também é informado da necessidade do estabelecimento do preço e as condições de pagamento, os critérios, a data-base e a periodicidade do reajustamento de preços e os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento.

10.16.2. Vale destacar que o aludido entendimento já vinha sendo adotado nos modelos da Advocacia Geral da União, com base no entendimento do Tribunal de Contas da União (Acórdão nº 7184/2018 - Segunda Câmara, no Acórdão nº 2205/2016-TCU-Plenário) e no Parecer nº 79/2019/DECOR/CGU/AGU, aprovado nos termos do Despacho nº 480/2020/DECOR/CGU/AGU, pelo Despacho nº 00496/2020/DECOR/CGU/AGU e Despacho nº 00643 /2020/GAB/CGU/AGU (NUP 08008.000351/2017-17).

10.16.3. Os preços inicialmente contratados serão fixos e irreajustáveis. Caso necessário, os preços serão reajustados após o intervalo de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela contratante, do Índice de IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

10.17. **Cessão de crédito**

10.17.1. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

10.17.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

10.17.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

10.17.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

11. **ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

11.1. A estimativa de valor foi apurada por meio de pesquisa de preço direta, uma vez que não foi possível localizar orçamentos para o **LOTE I** no <https://paineldeprecos.planejamento.gov.br/> e no <https://www.gov.br/compras/pt-br> e <http://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortal.asp> conforme Justificativa (SEI 35512647). Para o cálculo, foi utilizada a média/mediana aritmética, resultando em um valor médio estimado de R\$ 77.424,12 (setenta e sete mil quatrocentos e vinte e quatro reais e doze centavos). A melhor proposta recebida foi de R\$ 71.542,35 (setenta e um mil quinhentos e quarenta e dois reais e trinta e cinco centavos), com base no quantitativo estipulado. Os valores, cálculos e suas respectivas justificativas estão detalhadamente apresentados na Pesquisa de Preço (SEI 39637791).

11.2. A estimativa de valor foi apurada por meio de pesquisa de preço direta, uma vez que não foi possível localizar orçamentos para o **LOTE II** no <https://paineldeprecos.planejamento.gov.br/> e no <https://www.gov.br/compras/pt-br> e <http://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortal.asp>, conforme Justificativa (SEI 35512647). Para o cálculo, foi utilizada a média/mediana aritmética, resultando em um valor médio estimado de R\$ 13.250,00 (treze mil duzentos e cinquenta reais). A melhor proposta recebida foi de R\$ 10.900,00 (dez mil e novecentos reais), com base no quantitativo estipulado. Os valores, cálculos e suas respectivas justificativas estão detalhadamente apresentados na Pesquisa de Preço (SEI 39637791).

11.3. A soma dos **LOTE I e LOTE II** resultou em um valor médio estimado de R\$ 90.674,12 (noventa mil seiscentos e setenta e quatro reais e doze centavos).

11.4. O método de estimativa de preços deu-se como explanado no item 6 - LEVANTAMENTO DE MERCADO, deste ETP.

11.5. A contratação terá seu valor publicado em edital e terá como modo de disputa o lance aberto.

12.	CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES
12.1.	Não há contratações correlatas e/ou interdependentes.
13.	ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO
13.1.	A presente contratação está devidamente alinhada com a Política Nacional de Segurança Pública (PNSP), Plano Estadual de Segurança Pública (PESP/RN) e com o Plano Plurianual (PPA) da Secretaria Estadual da Segurança Pública e da Defesa Social do Estado do Rio Grande do Norte (SESED/RN), conforme elencados no subtópico 1.2 do Documento de Formalização de Demanda (SEI 36026373).
Órgão	21000 - Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa Social
Unidade Gestora	21.132 - FUNSEP/SESED
Programa	0301 - SEGURANÇA PÚBLICA: CIDADANIA, INTELIGÊNCIA, GESTÃO E VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS
Objetivo Geral	619 - Promover a valorização e a qualidade de vida dos profissionais de segurança pública do RN
Objetivo Específico	195 - Realizar ações voltadas à valorização dos profissionais de segurança pública
Entrega	423 - Realização de ações voltadas à valorização dos profissionais de segurança pública
Subação	334201 - Realização de ações voltadas à valorização dos profis. do SISPRN por meio do FUNSEP
Valor	R\$ 90.674,12 (noventa mil seiscentos e setenta e quatro reais e doze centavos), bloco de CUSTEIO

13.2. A demanda está formalizada no Plano de Contratações Anual, referente ao exercício de 2026, da Secretaria de Segurança e Defesa Social (SESED/RN), disponibilizado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), PCA 2025 - 00.498.299/0001-56 - ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, conforme detalhamento a seguir:

- I - ID PCA no PNCP: 00498299000156-0-000001/2026
- II - Data de publicação no PNCP: 20/05/2025
- III - Id do item no PCA: 191
- IV - Classe/Grupo: 929 - OUTROS SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO E TREINAMENTO
- V - Identificador da Futura Contratação: 925535-117/2026

14. **RESULTADOS PRETENDIDOS**

14.1. A contratação visa ao fortalecimento da capacidade técnica dos servidores da SESED vinculados aos setores de engenharia, por meio da capacitação em Software Autodesk Revit e em Planejamento e Orçamento de Obras, proporcionando impactos diretos na qualidade, padronização e eficiência dos projetos desenvolvidos.

14.2. **Resultados Esperados**

14.2.1. **Capacitação técnica dos servidores**

- **Resultado esperado:** Capacitar 27 (vinte e sete) servidores da SESED no uso do Software Autodesk Revit e em orçamento de obras.
- **Indicador (KPI):** Percentual de servidores certificados/concluintes.
- **Meta:** ≥ 90% dos participantes com aproveitamento mínimo exigido.
- **Linha de base:** 0% dos servidores com capacitação formal em Software Autodesk Revit e orçamento de obras.
- **Meio de verificação:** Controle de frequência ou relatórios de acesso (EAD), certificados de conclusão e relatórios da empresa contratada.

14.2.2. **Aprimoramento da qualidade dos projetos de engenharia**

- **Resultado esperado:** Elevação do padrão técnico dos projetos arquitetônicos, hidrossanitários, elétricos e estruturais elaborados pelos setores de engenharia.
- **Indicador (KPI):** Percentual de projetos desenvolvidos em ambiente BIM (Software Autodesk Revit).
- **Meta:** ≥ 70% dos novos projetos elaborados utilizando Software Autodesk Revit após a capacitação.
- **Linha de base:** Predominância de projetos elaborados por métodos tradicionais (2D).
- **Meio de verificação:** Análise dos projetos protocolados após a capacitação.

14.2.3. **Padronização e conformidade normativa**

- **Resultado esperado:** Adequação dos projetos às normas técnicas aplicáveis (NBR 5626, NBR 8160, NBR 5410, entre outras).
- **Indicador (KPI):** Percentual de projetos sem apontamentos por não conformidade normativa.
- **Meta:** Redução de pelo menos 50% das correções técnicas relacionadas a normas.
- **Linha de base:** Necessidade recorrente de ajustes técnicos e revisões.
- **Meio de verificação:** Pareceres técnicos internos e registros de revisões de projetos.

14.2.4. **Melhoria na capacidade de orçamentação e planejamento**

- **Resultado esperado:** Capacitação dos servidores na elaboração de orçamentos de obras de forma mais precisa e padronizada.
- **Indicador (KPI):** Percentual de orçamentos elaborados internamente pelos setores de engenharia.
- **Meta:** ≥ 80% dos orçamentos elaborados internamente após a capacitação.
- **Linha de base:** Ausência de servidores com formação específica em orçamento de obras.
- **Meio de verificação:** Planilhas orçamentárias, memoriais de cálculo e processos internos.

14.2.5. Otimização do tempo e dos recursos administrativos

- **Resultado esperado:** Redução do retrabalho e do tempo de elaboração de projetos e orçamentos.
- **Indicador (KPI):** Tempo médio de elaboração de projetos e revisões.
- **Meta:** Redução de pelo menos 20% no tempo médio de elaboração.
- **Linha de base:** Prazo atual médio praticado pelos setores de engenharia.
- **Meio de verificação:** Comparativo entre cronogramas e registros de demandas antes e após a capacitação.

15. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

15.1. Caberá ao Gestor do Contrato e seus Fiscais o apreço pela correta execução do contrato, bem como a observância às normas vigentes que doutrinam os procedimentos convergentes à presente contratação.

16. AVALIAÇÃO DE RISCOS ASSOCIADOS À CONTRATAÇÃO

16.1. Em conformidade com o §2º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021, foram identificados os riscos que podem impactar a execução da capacitação e as respectivas estratégias de mitigação:

Risco identificado	Consequência	Estratégia de mitigação
Participação insuficiente dos servidores	Redução da efetividade da capacitação	Cronograma adequado às rotinas; comunicação prévia; controle de frequência ou relatórios de acesso (EAD)
Inadequação do conteúdo, metodologia ou carga horária	Baixo aproveitamento e não atendimento das necessidades da SESED	Especificação detalhada no TR; validação prévia do conteúdo; análise da qualificação dos instrutores
Desempenho insatisfatório do instrutor	Comprometimento da qualidade do curso	Exigência de experiência comprovada; possibilidade de substituição; avaliações dos participantes
Falhas técnicas na plataforma (EAD)	Interrupções, atrasos e perda de conteúdo	Testes prévios; suporte técnico; verificação de requisitos mínimos
Atrasos ou faltas do instrutor	Prejuízo ao cronograma e necessidade de remarcação	Cláusulas contratuais específicas; confirmação prévia das datas; penalidades
Atraso na entrega ou ausência de materiais didáticos	Dificuldade de acompanhamento e perda de qualidade	Exigência contratual de envio antecipado; conferência pela fiscalização
Alterações unilaterais de cronograma ou cancelamentos	Impacto na rotina dos setores e possível não execução integral	Cronograma fechado; cláusulas restritivas; penalidades por descumprimento
Incompatibilidade tecnológica com os recursos da SESED (EAD)	Dificuldade de acesso e limitação do aprendizado	Verificação prévia de requisitos; alinhamento com a TI
Falta de comprovação de participação e conclusão	Dificuldade na mensuração dos resultados	Relatórios e certificados (EAD)
Preços acima do mercado	Risco de contratação antieconômica	Pesquisa de preços ampla; análise comparativa das propostas

16.2. Os riscos identificados, inclusive os constantes da Análise de Riscos(SEI 39664649), não comprometem a viabilidade técnica da contratação, uma vez que são gerenciáveis pela equipe de planejamento e de fiscalização, no âmbito de suas respectivas responsabilidades, mediante acompanhamento contínuo, controle das ocorrências e previsão de cláusulas contratuais adequadas durante a execução contratual.

17. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

17.1. Não há previsão de possíveis impactos ambientais decorrentes da presente contratação, entretanto, cumpre ressaltar que é obrigação do fornecedor possuir todas as licenças ambientais e de funcionamento, caso necessárias, convergentes à sua atividade comercial.

18. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

18.1. Em atendimento ao art. 18 da Lei nº 14.133/2021, e com base nas informações constantes neste Estudo Técnico Preliminar, a equipe de planejamento da contratação declara viável a solução escolhida para atendimento da necessidade administrativa identificada.

18.2. A análise das alternativas disponíveis no mercado demonstrou que:

- A capacitação por meio de instituições formais mostrou-se inadequada em razão da baixa flexibilidade de horários, da dificuldade de personalização do conteúdo às necessidades específicas da SESED, da maior complexidade para formalização de parcerias ou contratações, além da ausência de interesse demonstrado por algumas instituições consultadas;
- A alternativa de cursos online avulsos, contratados individualmente, também foi considerada; contudo, mostrou-se inadequada por não garantir a padronização e a integração do conhecimento entre os servidores, além de apresentar menor economicidade. Ademais, tal modelo dificulta o controle quanto à efetiva realização dos cursos por parte de cada servidor, bem como não assegura a uniformidade da qualidade do conteúdo ofertado.
- A contratação de empresa especializada para oferta de curso estruturado e direcionado às demandas institucionais apresentou-se como a alternativa mais vantajosa, por possibilitar padronização do ensino, melhor relação custo-benefício, maior controle administrativo e adequação do conteúdo às necessidades específicas dos órgãos envolvidos;
- A SESED já possui experiência anterior com esse modelo de contratação, a exemplo da capacitação promovida no âmbito do CIOSP/Natal, conforme Processo (SEI 00510089.000414/2023-97), o que reforça a viabilidade operacional da solução.

18.3. Dessa forma, concluiu-se que a contratação de curso de capacitação no Software Autodesk Revit, aliado à capacitação em planejamento e orçamento de obras, mostra-se adequada para suprir as lacunas técnicas identificadas no corpo técnico da SESED/RN e de seus órgãos vinculados.

18.4. Sob o aspecto técnico, a solução proposta - capacitação de 27 (vinte e sete) servidores nos cursos de Software Autodesk Revit (metodologia BIM) e Planejamento e Orçamento de Obras - atende de forma adequada às necessidades identificadas pelos setores de engenharia da SESED/RN, contribuindo para o aprimoramento das atividades de elaboração de

projetos, planejamento, orçamento e gestão de obras públicas.

18.5. A solução apresenta:

- Viabilidade técnica, por atender diretamente às necessidades de aprimoramento nas áreas de projetos em BIM, planejamento e orçamento de obras públicas, contribuindo para a modernização dos processos de engenharia;
- Viabilidade econômica, conforme demonstrado na pesquisa de preços realizada junto a empresas especializadas, evidenciando compatibilidade com os valores praticados no mercado e a obtenção de proposta mais vantajosa para a Administração;
- Viabilidade operacional, tendo em vista a possibilidade de implementação imediata, facilidade de execução, acompanhamento e avaliação dos resultados, além de permitir a participação simultânea dos servidores, garantindo uniformidade na capacitação.

18.6. Os benefícios esperados incluem aumento da eficiência na elaboração de projetos, maior precisão na estimativa de custos, redução de retrabalhos, melhoria na fiscalização de obras e alinhamento às metodologias modernas, como o BIM, contribuindo para o fortalecimento da governança e da adequada aplicação dos recursos públicos.

18.7. Diante do exposto, resta evidenciado o nexo entre a solução escolhida e os resultados pretendidos, demonstrando que a contratação é adequada, necessária e suficiente para atender à demanda identificada, sendo, portanto, tecnicamente justificável e administrativamente viável.

18.8. Adicionalmente, os riscos identificados são considerados **baixos e gerenciáveis**, tendo sido previstas medidas adequadas de mitigação, não comprometendo a execução do objeto.

18.9. Dessa forma, **declara-se viável a contratação**, recomendando-se o prosseguimento do processo licitatório, nos termos propostos neste Estudo Técnico Preliminar.

19. RESPONSÁVEIS:

GILVAN COSTA DE AZEVEDO
Coordenador de Engenharia - SESED
Setor Requisitante

VANESSA MELISSA SOUZA
Coordenadora
Chefe do Setor Pessoal

RODOLFO RITLLER GURGEL DE MEDEIROS
Integrante Administrativo

Referência: Processo nº 00510028.004277/2025-46

SEI nº 40391505

ANEXO II



SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DA DEFESA SOCIAL
Avenida Sen. Salgado Filho, s/n, Centro Administrativo do Estado, Prédio da Escola de Governo, 1º andar - Bairro Lagoa Nova, Natal/RN, CEP 59064-901
Telefone: e Fax: @fax_unidade@ - www.defesasocial.rn.gov.br

MINUTA DE CONTRATO

Processo nº 00510028.004277/2025-46

MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº
___/202_ - QUE FAZEM ENTRE SI O ESTADO DO RIO
GRANDE DO NORTE, POR INTERMÉDIO DA
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DA DEFESA
SOCIAL - SESED/RN E A EMPRESA _____.

O Estado do Rio Grande do Norte, através da **SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DA DEFESA SOCIAL** com sede no Centro Administrativo do Estado, Escola de Governo, 1º andar, BR 101, Km 0, Lagoa Nova, CEP: 59.064-901, em Natal/RN, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº **00.498.299/0001-56**, neste ato representado pelo senhor **OSMIR DE OLIVEIRA MONTE**, brasileiro, casado, Delegado de Polícia Civil/RN, portador da Matrícula Funcional nº 75.477-3, nomeado para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Adjunto, da Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Defesa Social no dia 03 de janeiro de 2019, publicado na edição nº 14.325 - DOE/RN, indicado para Ordenador de despesas pela Portaria nº 01, de 04 de janeiro de 2019, publicada no DOU de 05 de janeiro de 2019, residente e domiciliado nesta capital doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, sediada na _____, doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representado(a) por _____ (nome e função do contratado), conforme documentos apresentados nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº 00510028.004277/2025-46 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, regulamentada pelo Decreto

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa para capacitação de 27 (vinte e sete) servidores através de curso do software de Revit e do curso de planejamento e orçamento de obras, para todos os setores de engenharia vinculados a Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Defesa Social - SESED, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência..

1.2. Objeto da contratação:

LOTE I				
Item	Especificações	QUANT.	UNID.	VALOR TOTAL
1	Contratação de empresa para capacitação de 27 (vinte e sete) servidores através do curso do software Revit. Esse curso deverá contemplar os seguintes assuntos: - Desenvolvimento de projetos arquitetônicos utilizando as ferramentas básicas do Revit para arquitetura; - Execução do projeto hidráulico e sanitário seguindo as orientações da NBR 5626 e 8160, bem como a elaboração de todas as vistas e tabelas; - Execução de modelagem de sistemas prediais elétricos, estudo de tabelas e planilhas, elaboração de todas as pranchas necessárias para a execução do projeto elétrico (iluminação e força), seguindo as orientações da NBR 5410; - Execução da modelagem de estruturas de concreto armado, bem como a elaboração de todas as vistas e tabelas; - Execução de modelagem de estruturas metálicas, bem como a elaboração de todas as vistas e tabelas.	1	27	R\$
PREÇO MÉDIO =				R\$
MELHOR PROPOSTA=				R\$
ESTIMATIVA PRELIMINAR DO VALOR DA CONTRATAÇÃO				
Item	Especificações	QUANT.	UNID. DE LICENÇA	VALOR TOTAL*
1	Contratação de empresa para capacitação de 27 (vinte e sete) servidores através de curso do software de Revit - AXIOM	1	27	R\$
2	Contratação de empresa para capacitação de 27 (vinte e sete) servidores através de curso do software de Revit - QUATRE	1	27	R\$
2	Contratação de empresa para capacitação de 27 (vinte e sete) servidores através de curso do software de Revit - DIGICAD	1	27	R\$
VALOR médio =				R\$

LOTE II			
Item	Especificações	QUANT.	VALOR TOTAL
1	Contratação de empresa para capacitação de 27 (vinte e sete) servidores através do curso de planejamento e orçamento de obras. Esse curso deverá contemplar os seguintes assuntos: - Planejamento de obra; - Introdução ao orçamento de obras; - Análise de projetos para orçamento; - Estimativa preliminar do custo da obra; - Etapas e serviços da obra; - Levantamento do quantitativo de serviços; - Composições de custos unitários; - Quantidades de insumos por unidade de serviços; - Quantidades de material e mão de obra; - Encargos Sociais; - Dimensionamento de equipes; - Preço dos insumos; - Custo total da obra; - BDI - Bônus e Despesas Indiretas; - Elaboração de curva ABC; - Elaboração de cronograma físico-financeiro; - PDCA	1	R\$
PREÇO MÉDIO =			R\$
MELHOR PROPOSTA=			R\$
ESTIMATIVA PRELIMINAR DO VALOR DA CONTRATAÇÃO			
Item	Especificações	QUANT.	VALOR TOTAL*
1	Contratação de empresa para capacitação de 27 (vinte e sete) servidores através de curso de planejamento e orçamento na construção civil - IPOG	1	R\$
	Contratação de empresa para capacitação de 27 (vinte e sete) servidores		

2	através de curso de planejamento e orçamento na construção civil- CostaNobre	1	R\$
3	Contratação de empresa para capacitação de 27 (vinte e sete) servidores através de curso de planejamento e orçamento na construção civil - Instituto Bramante de Educação	1	R\$
VALOR médio =			R\$

- 1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 01 (um) ano a partir da data da sua assinatura, e eficácia legal a contar da publicação de seu extrato na imprensa oficial, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DOS MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (ART. 92, IV, VII E XVIII)

- 3.1. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO
- 3.2. Início da execução do objeto: As aulas deverão ser iniciadas no prazo máximo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato.
- 3.3. As turmas para execução do objeto seguirão a seguinte dinâmica:
 - 3.3.1. A primeira etapa consistirá na execução do Lote I (Curso do Software Autodesk Revit), que deverá ser totalmente concluído em até 60 (sessenta) dias após o início das aulas.
 - 3.3.2. A segunda etapa consistirá na execução do Lote II (Curso de Planejamento e Orçamento de Obras), que deverá ser iniciado logo após a conclusão do Lote I e totalmente finalizado em até 60 (sessenta) dias.
- 3.4. LOCAL E HORÁRIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS
 - 3.4.1. **Metodologia:** A metodologia será composta por aulas teóricas e práticas, utilizando recursos como demonstrações ao vivo, exercícios práticos e estudos de caso. O treinamento será interativo e envolverá a utilização de exemplos reais para o aprendizado prático. Além disso, os participantes terão acesso a um fórum de dúvidas, onde poderão esclarecer questões com os instrutores ou outros participantes durante todo o período de treinamento.
 - 3.4.2. **Formato de Ensino:** O curso será oferecido exclusivamente na modalidade de Ensino a Distância (EAD), de forma remota, com aulas transmitidas ao vivo (formato síncrono).
 - 3.4.3. **Horário das Aulas:** As aulas serão realizadas **no horário do expediente** (das 08h às 12h e das 13h às 17h), **não sendo realizadas nos finais de semana**, garantindo que os colaboradores possam participar do treinamento sem interferir em suas atividades diárias. Essa estrutura flexível permitirá que os participantes se dediquem ao aprendizado durante o horário de trabalho, sem comprometer suas responsabilidades. Além disso, serão oferecidas **opções de aulas ao vivo**, para promover a interação em tempo real com os instrutores.
 - 3.4.4. AULAS REMOTAS

As aulas remotas ocorrerão por meio de uma **plataforma de ensino à distância**, permitindo que os participantes acessem o conteúdo de qualquer lugar. A empresa **contratada** deverá fornecer todos os recursos, ferramentas e licenças necessárias para garantir um aprendizado eficiente e interativo, bem como:

- **Plataforma de Ensino Online:** A empresa deverá fornecer acesso a uma plataforma de ensino à distância, onde os participantes poderão acessar as aulas ao vivo, vídeos gravados, materiais de leitura, quizzes e outros recursos educativos. Essa plataforma deverá ser de fácil navegação e compatível com diferentes dispositivos.
- **Aulas ao Vivo:** As aulas serão realizadas em horários de expediente normal, com interação em tempo real. A empresa deverá fornecer a infraestrutura necessária para transmissões ao vivo de alta qualidade, com suporte para áudio, vídeo e compartilhamento de tela, garantindo que os instrutores possam demonstrar o uso dos softwares em tempo real.
- **Licença dos Softwares:** A contratada será a única responsável por fornecer as licenças, educacionais ou comerciais, do software para todos os servidores participantes durante todo o período de realização do curso, considerando que a SESED não dispõe dessas licenças. O custo referente à sua disponibilização deverá estar integralmente incluído no valor total da proposta comercial, não sendo admitida a cobrança de quaisquer valores adicionais à Administração.
- Fica expressamente vedado à contratada realizar qualquer tipo de instalação, alteração, atualização ou ajuste nos sistemas, redes ou computadores de propriedade da Administração Pública (SESED/RN), salvo mediante prévia autorização formal da Administração.
- **Aulas Gravadas:** Após cada aula ao vivo, o conteúdo será disponibilizado em formato gravado, para que os participantes possam revisar os tópicos abordados durante o curso. As gravações ficarão disponíveis por um período de pelo menos 6 meses após a conclusão do curso, permitindo que os alunos revisem e reforcem o aprendizado.
- **Material Didático Digital:** A empresa deverá fornecer materiais de apoio, como apostilas, e-books, tutoriais em vídeo e apresentações, que complementem o conteúdo das aulas e auxiliem no aprendizado individual.
- **Apoio ao Vivo (Fórum de Dúvidas):** Durante todo o período do curso, os participantes terão acesso a um fórum de dúvidas online, onde poderão enviar questões aos instrutores ou interagir com outros participantes para esclarecer dúvidas sobre o conteúdo das aulas. O fórum deverá ser monitorado pela empresa contratada, garantindo que as dúvidas sejam respondidas de maneira clara e eficaz.
- **Exercícios Práticos e Avaliações:** A empresa deverá fornecer exercícios práticos (como projetos, testes e simulados) para que os participantes possam aplicar o conhecimento adquirido durante o curso. Estes exercícios poderão ser realizados na própria plataforma de ensino e corrigidos automaticamente ou pelos instrutores.
- **Suporte Técnico:** A empresa contratada deverá disponibilizar suporte técnico durante o curso, caso os participantes enfrentem problemas com a plataforma online ou com os softwares utilizados durante o treinamento.
- **Resultados Esperados:** Formação de profissionais capacitados e atualizados nas ferramentas BIM (Autodesk Revit) e nas práticas de Planejamento e Orçamento de Obras. Melhoria na qualidade e produtividade dos projetos realizados pela equipe,

com maior precisão na elaboração de projetos e controle de custos. Redução de erros e retrabalhos, uma vez que o domínio dessas ferramentas contribui diretamente para uma gestão mais eficiente e assertiva dos projetos.

3.5. ROTINAS A SEREM CUMPRIDAS

3.5.1. A execução contratual observará as rotinas abaixo:

3.5.1.1. A empresa deverá comprovar experiência e expertise, teórico-prático, na área de capacitação em softwares BIM (Autodesk Revit) e Engenharia de Custos/Orçamento de Obras para profissionais e/ou servidores públicos, com um histórico de sucesso na realização de cursos objeto deste processo.

3.5.1.2. O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, e a contratada terá que oferecer os cursos exclusivamente na modalidade EAD Ao Vivo (Síncrona).

3.5.1.3. A contratada deverá seguir a ementa mínima sugerida para cada um dos cursos.

3.5.1.4. A empresa deverá garantir uso de metodologia capaz de utilizar abordagens didáticas eficientes (exposição teórica, estudos de casos, atividades práticas, elaboração de documentos, etc), adaptando os cursos as necessidades específicas da instituição, personalizando os cursos para atender as competências e habilidades necessárias a formação/atualização dos conhecimentos dos servidores da SESED/RN que laboram no Setor de Engenharia.

3.6. PROCEDIMENTOS DE TRANSIÇÃO E FINALIZAÇÃO DO CONTRATO

3.7. Ao término da execução contratual, a contratada deverá concluir integralmente os cursos de capacitação referentes ao **Lote I - Software Autodesk Revit** e ao **Lote II - Planejamento e Orçamento de Obras**, garantindo a entrega do material didático e a emissão dos certificados aos participantes.

3.8. O conteúdo ministrado deverá ser disponibilizado em formato gravado, de modo a permitir que os participantes revisitem os tópicos abordados durante o curso, permanecendo acessível após sua conclusão para fins de reforço do aprendizado.

3.9. Deverá ser apresentado relatório final contendo a relação dos participantes e a carga horária executada, para fins de verificação do cumprimento do objeto.

3.10. O encerramento do contrato ocorrerá com o atesto do fiscal, após a comprovação de que todas as obrigações contratuais foram devidamente cumpridas, não sendo necessária transição adicional, em razão da natureza pontual da contratação.

3.11. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

3.12. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

3.13. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) de contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

3.14. O fiscal de contrato fiscalizará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, conferindo as notas fiscais e as documentações exigidas para o pagamento, e após o ateste, encaminhar ao gestor de contrato, para ratificação. (Decreto Estadual nº 32.449, de 2022, art. 48, III);

3.15. O fiscal de contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, inclusive o controle do saldo e da vigência contratual, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto Estadual nº 32.449, de 2022, art. 48, II);

3.16. O fiscal de contrato notificará formalmente a contratada quando forem constatados inadimplementos contratuais, para, dentro de um prazo razoável, elaborar manifestação e solução do problema. (Decreto Estadual nº 32.449, de 2022, art. 48, X);

3.17. O fiscal de contrato deverá observar ainda as regras relativas a sua atuação de que trata o Título IV, Capítulo II, Seção IV, Subseção II do Decreto Estadual nº 32.449, de 2022.

3.18. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

3.19. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

3.20. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

3.21. **Preposto**

3.22. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

3.23. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

3.24. **Rotinas de Fiscalização**

3.25. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

3.26. **Fiscalização Técnica**

3.27. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do mesmo, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

3.28. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

3.29. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

3.30. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

3.31. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

3.32. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

3.33. **Gestor do Contrato**

Cabe ao gestor do contrato:

3.33.1. Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

3.33.2. Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

3.33.3. Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

3.33.4. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

3.33.5. Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

3.33.6. Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

3.33.7. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

4. **CLÁUSULA QUARTA - DA SUBCONTRATAÇÃO**

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. **CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO (ART. 92, V)**

5.1. **O valor total da contratação é de R\$ xxxxxx (xxxxxxxxxx)**

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6. **CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO (ART. 92, V E VI)**

6.1. **Liquidação**

6.2. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

6.3. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

6.3.1. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

6.3.2. O prazo de validade;

6.3.3. A data da emissão;

6.3.4. Os dados do contrato e do órgão contratante;

6.3.5. O período respectivo de execução do contrato;

6.3.6. O valor a pagar; e

6.3.7. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

6.3.8. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

6.3.9. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.3.10. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

6.3.11. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de ... dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

6.3.12. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização quanto à inadimplência do contratado.

6.3.13. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

6.3.14. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão

do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

6.4. Prazo de pagamento

6.4.1. O pagamento poderá ser efetuado no prazo de até 30(trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa.

6.4.2. No caso de atraso pelo Contratante, eventuais índices de correção monetária a serem aplicados para atualização do valor deverão ser os índices de correção estabelecidos oficialmente.

6.5. Forma de pagamento

6.5.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta-corrente indicados pelo contratado.

6.5.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.5.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.5.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.5.5. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à

apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTE (ART. 92, V)

7.1. Reajuste

7.1.1. A Lei nº 14.133/2021 em seu artigo 25, § 7º fixou a necessidade da estipulação no contrato, independente do prazo de sua duração, de índice de reajustamento de preço, com data-base vinculada à data do orçamento estimado. No art. 92 da mesma lei, também é informado da necessidade do estabelecimento do preço e as condições de pagamento, os critérios, a data-base e a periodicidade do reajustamento de preços e os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento.

7.1.2. Vale destacar que o aludido entendimento já vinha sendo adotado nos modelos da Advocacia Geral da União, com base no entendimento do Tribunal de Contas da União (Acórdão nº 7184/2018 - Segunda Câmara, no Acórdão nº 2205/2016-TCU-Plenário) e no Parecer nº 79/2019/DECOR/CGU/AGU, aprovado nos termos do Despacho nº 480/2020/DECOR/CGU/AGU, pelo Despacho nº 00496/2020/DECOR/CGU/AGU e Despacho nº 00643 /2020/GAB/CGU/AGU (NUP 08008.000351/2017-17).

7.1.3. Os preços inicialmente contratados serão fixos e irreajustáveis. Caso necessário, os preços serão reajustados após o intervalo de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela contratante, do Índice de IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8. CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (ART. 92, X, XI E XIV)

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:

8.1.8.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;

8.1.8.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;

8.1.8.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;

8.1.8.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

8.1.8.5. demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e

8.1.8.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.

8.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria-Geral do Estado do Rio Grande do Norte para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

8.1.10.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 30 (trinta) dias;

8.1.12. Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (ART. 92, XIV, XVI E XVII)

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO

9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS - CRF; e

9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT.

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;

9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;

9.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;

9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

9.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

9.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

9.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;

9.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

9.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;

9.25. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato;

9.25.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que

devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.26. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.27. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

9.28. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

9.29. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;

9.30. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;

9.31. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

9.32. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;

9.33. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

9.34. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

9.34.1. Apresentar, no ato da contratação, a documentação relacionada no art. 7º da Portaria Conjunta nº 13/2021 – SEAD/SEMJIH/SETHAS/SEEC, que estabelece normas complementares e regulamentadoras para o cumprimento do Decreto Estadual nº 30.753/2021, que trata sobre o Programa Estadual de Aprendizagem do Rio Grande do Norte (RN APRENDIZ).

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTE ÀS LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO (ART. 92, XII)

11.1. Considerando a natureza do objeto, consistente em prestação de serviços de capacitação, o valor estimado da contratação, conforme demonstrado no item 8 – Estimativa do Valor da Contratação deste ETP, bem como e o baixo risco de inadimplemento, **não se mostra necessária a exigência de garantia contratual**, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (ART. 92, XIV)

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

12.2.1. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

12.2.2. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Termo, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

12.2.3. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Termo, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.2.4. **Multa:**

1. Moratória de **0,5% (cinco décimos por cento) por dia** de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **60 (sessenta) dias**;

2. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 10.1, de **10 % (dez por cento)** do valor do Contrato.

3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 10.1, de **8% (oito por cento)** do valor do Contrato.

4. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 10.1, a multa será de **6 % (seis por cento)** do valor do Contrato.

5. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 10.1, a multa será de **4% (quatro por cento)** do valor do Contrato.

6. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 10.1, a multa será de **2 % (dois por cento)** do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.3.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo **máximo de 15 (quinze) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.4.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

12.5. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante; e
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da lei nº 14.133/21.

12.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (ART. 92, XIX)

- 13.1. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.
- 13.2. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 13.3. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 13.4. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) de contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).
- 13.5. O fiscal de contrato fiscalizará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, conferindo as notas fiscais e as documentações exigidas para o pagamento, e após o ateste, encaminhar ao gestor de contrato, para ratificação. (Decreto Estadual nº 32.449, de 2022, art. 48, III);
- 13.6. O fiscal de contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, inclusive o controle do saldo e da vigência contratual, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto Estadual nº 32.449, de 2022, art. 48, II);
- 13.7. O fiscal de contrato notificará formalmente a contratada quando forem constatados inadimplementos contratuais, para, dentro de um prazo razoável, elaborar manifestação e solução do problema. (Decreto Estadual nº 32.449, de 2022, art. 48, X);
- 13.8. O fiscal de contrato deverá observar ainda as regras relativas a sua atuação de que trata o Título IV, Capítulo II, Seção IV, Subseção II do Decreto Estadual nº 32.449, de 2022.
- 13.9. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 13.10. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 13.11. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS ALTERAÇÕES

- 14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
- 14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.
- 14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (ART. 92, VIII)

- 15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento deste exercício, constante na **Lei Orçamentária Anual - 2026**, na dotação abaixo discriminada:

Unidade Orçamentária	Função	Subfunção	Programa	Ação	Subação	Fonte	Natureza	Subelemento	Valor em R\$
21132	06	122	0301	3342	334201	4.713.000072	33.90.39	48 - Serviços de Seleção e Treinamentos	90.674,12

- 15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes, **caso o contrato ultrapasse o exercício financeiro vigente**, será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS CASOS OMISSOS (ART. 92, III)

- 16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO

- 17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO (ART. 92, §1º)

- 18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Natal/RN para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.](#)

OSMIR DE OLIVEIRA MONTE
Secretário Adjunto da SESED/RN
Representante legal do CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Representante legal da CONTRATADA

Testemunhas:

Assinatura Assinatura
CPF nº CPF nº

Referência: Processo nº 00510028.004277/2025-46 SEI nº 41304407

ANEXO III



SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DA DEFESA SOCIAL
Avenida Salgado Filho, s/n, Centro Administrativo do Estado - Bairro Lagoa Nova, Natal/RN, CEP 59064-901
Telefone: e Fax: @fax_unidade@ - <http://www.defesasocial.gov.br>

ANEXO III - MODELO DA PROPOSTA COMERCIAL

À SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DA DEFESA SOCIAL - CNPJ Nº **00.498.299/0001-56**

Sra Pregoeira,

Seguindo os ditames do edital, apresento a Vossa Senhoria a nossa proposta para o PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX/2026, conforme a seguir relacionados, especificados de acordo com ANEXO I, do Edital:

As planilhas de quantitativos e custos conterão as descrições dos produtos que compõem a solução proposta, incluindo as respectivas quantidades, unidades, preços unitários e totais gerais, expressos em reais (R\$).

OBJETO DA CONTRATAÇÃO

LOTE	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Contratação de empresa para capacitação de 27 (vinte e sete) servidores através do curso do software Revit. Esse curso deverá contemplar os seguintes assuntos: - Desenvolvimento de projetos arquitetônicos utilizando as ferramentas básicas do Revit para arquitetura; - Execução do projeto hidráulico e sanitário seguindo as orientações da NBR 5626 e 8160, bem como a elaboração de todas as vistas e tabelas; - Execução de modelagem de sistemas prediais elétricos, estudo de tabelas e planilhas, elaboração de todas as pranchas necessárias para a execução do projeto elétrico (iluminação e força), seguindo as orientações da NBR 5410; - Execução da modelagem de estruturas de concreto armado, bem como a elaboração de todas as vistas e tabelas;	Unidade	1	R\$	R\$

	- Execução de modelagem de estruturas metálicas, bem como a elaboração de todas as vistas e tabelas.				
2	Contratação de empresa para capacitação de 27 (vinte e sete) servidores através do curso de planejamento e orçamento de obras. Esse curso deverá contemplar os seguintes assuntos: - Planejamento de obra; - Introdução ao orçamento de obras; - Análise de projetos para orçamento; - Estimativa preliminar do custo da obra; - Etapas e serviços da obra; - Levantamento do quantitativo de serviços; - Composições de custos unitários; - Quantidades de insumos por unidade de serviços; - Quantidades de material e mão de obra; - Encargos Sociais; - Dimensionamento de equipes; - Preço dos insumos; - Custo total da obra; - BDI – Bônus e Despesas Indiretas; - Elaboração de curva ABC; - Elaboração de cronograma físico-financeiro; - PDCA	Unidade	1		

VALOR

TOTAL

DA

PROPOSTA

:

R\$

- 1. GARANTIA DO SERVIÇO :** ART. 40, §1º, INCISO III, DA LEI Nº 14.133, DE 2021. o Prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido [na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990](#) (Código de Defesa do Consumidor). Conforme item 5.6 do Termo de Referência.
- 2. VALIDADE DA PROPOSTA:** Declaramos que a validade desta proposta é de 90 (noventa) dias a contar da data de sua entrega.
- 3. INÍCIO DA EXECUÇÃO DO OBJETO:** 30 (trinta) dias da assinatura do contrato. As turmas para execução do objeto seguirão a seguinte dinâmica: a) A primeira será a elaboração e execução do curso do software Revit, entregue em até 30 dias após a assinatura do contrato; b) A segunda será a elaboração e execução do curso de Planejamento e Orçamento de Obras, ambas as turmas, a ser executada em até 15 dias após a execução da primeira parcela. Conforme itens 6.2 a 6.5 do Termo de Referência.
- 4. LOCAL E HORÁRIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:** Conforme itens 6.6 e 6.7 do Termo de Referência.
- 5. PRAZO DE PAGAMENTO:** A licitante DECLARA que acatará o pagamento da Administração conforme definido na minuta contratual, ANEXO II deste Edital.
- 6. CONTA BANCÁRIA:** Informamos ainda que a conta bancária da empresa é no Banco _____, Nº _____, Agência _____ (com seus dígitos verificadores), e o nosso telefone para contato é _____, fax _____ e e-mail.
- 7. DECLARO:**
- 7.1) que estão incluídas nesta proposta comercial, as despesas com todos os impostos, taxas, encargos sociais, encargos fiscais, desembaraço aduaneiro, encargos previdenciários e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto da licitação.
- 7.2) que estou de acordo com todas as normas e condições deste Edital e seus anexos.
- 7.3) Que os serviços serão prestados conforme especificações previstas no Termo de Referência, e serão obedecidas as condições gerais e exigências previstas no Termo de Referência e Adendo.

Atenciosamente, Natal/RN, ____de _____de 20____.

Diretor ou representante legal – RG/CPF
Empresa ou fabricante